



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Direito

BRUNO UTSCH MESQUITA

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS COMO INSTRUMENTO DE APLICAÇÃO
DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA
IGUALDADE

BRASÍLIA
2011

BRUNO UTSCH MESQUITA

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS COMO INSTRUMENTO DE APLICAÇÃO
DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA
IGUALDADE

Monografia apresentada a Banca
Examinadora do UniCEUB como
exigência parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Direito.
Orientação: Prof. João Ferreira Braga

BRASÍLIA
2011

BRUNO UTSCH MESQUITA

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS COMO INSTRUMENTO DE
APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA
JURÍDICA E DA IGUALDADE

Monografia apresentada a Banca
Examinadora do UniCEUB como
exigência parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Direito.
Orientação: Prof. João Ferreira
Braga

Brasília ,

Banca Examinadora

Professor João Ferreira Braga
Orientador

Professor Rafael Thomas Favetti

Professor Antonio Umberto de Souza Junior

Às mulheres da minha vida.

À minha querida avó Neco, minha velhinha linda, pelo constante exemplo de superação, força e pelo seu eterno apoio incondicional. Muito do que sou hoje é graças a você!

À minha amada mãe, minha base, por ter me formado com valores nobres, por ter sempre acreditado e se orgulhado de mim e pela constante presença em minha vida, ainda que diretamente da saudosa Beagá!

À Marianne, minha “NaneLinda”, melhor amiga, companheira de todas as horas, amada “amorada”, por toda a luz que é em minha vida. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo cativas... Amo você.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Professor e hoje amigo João Braga pelo inestimável apoio, pela preciosa orientação e por toda a confiança depositada. Tenho certeza que sem o seu apoio, sua calma, o seu afinado profissionalismo e sua peculiar atenção esta monografia perderia substancialmente em qualidade.

Agradeço aos amigos pela paciência e pela compreensão ante minha reiterada ausência.

Agradeço a Ele por toda a proteção e por ter me cercado de pessoas tão especiais.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Intitulado como a grande novidade do Projeto do NCPC, o Incidente tem inspiração expressa no instituto alemão do Musterverfahren e o seu objetivo é aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional. O vigente diploma processual civil foi elaborado para solucionar conflitos individuais, contudo, a atual realidade social é outra, em razão do fenômeno da sociedade de massas. Com isso, o presente sistema processual não mais atende de maneira satisfatória o crescente número de demandas propostas resultantes da coletivização e massificação de direitos. Tão grave quanto a demora na resolução do conflito é a observada queda na segurança jurídica, decorrente da falta de estabilidade da jurisprudência tanto dos tribunais superiores como também dos tribunais estaduais, que, ao julgar causas idênticas, advindas do fenômeno da massificação de direitos, apresentam soluções distintas. O estudo permite verificar que essa justiça “lotérica” é causa que contribui para o descrédito do Poder Judiciário e de todos que nele atuam. O Incidente busca evitar a inútil movimentação de toda máquina judiciária – com a prática de inúmeros atos processuais, a prolação de várias sentenças e a consequente abertura de possibilidade para a interposição de vários recursos – na solução de uma mesma causa de direito. Ademais, o Incidente visa a solucionar a questão da qualidade da prestação jurisdicional, promovendo a pacificação e a uniformização da jurisprudência em todo território nacional. O presente trabalho estuda o Incidente, ponderando a sua admissibilidade, suas consequências prático-jurídicas e suas promessas frente aos problemas apresentados no âmbito processual civil contemporâneo. O IRDR pode colaborar em muito com o escopo do Projeto do NCPC e ser um instrumento de solução satisfatório, moderno, eficaz e congruente com as aspirações jurídico-legislativas, como o aumento da segurança jurídica, a diminuição do número de demandas que cuidam de um mesmo conteúdo, a queda da morosidade da prestação jurisdicional, a queda no número de recursos, a diminuição da pauta dos tribunais superiores e, finalmente, a melhora da eficácia e eficiência do processo civil como garantidor da concretização do direito material.

Palavras-chave: CPC, Projeto, demandas repetitivas, incidente, princípio da igualdade, segurança jurídica.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo el estudio del Incidente de Resolución de Demandas Repetitivas. Clasificado como la grande novedad del Proyecto del NCPC, el Incidente tiene inspiración expresada en el instituto alemán del Musterverfahren y su objetivo es optimizar la calidad de la prestación jurisdiccional. El vigente diploma procesal civil fue elaborado para solucionar conflictos individuales, pero la actual realidad social es otra, dato al fenómeno de la sociedad de masas. Con eso, el presente sistema procesal no más atiende de manera satisfactoria el creciente número de demandas propuestas resultantes de la colectivización y masificación de derechos. Tan grave en cuanto a retraso en la resolución del conflicto es la observada caída en la seguridad jurídica, resultante de la falta de estabilidad de la jurisprudencia tanto de los tribunales superiores como también de las tribunales de las provincias, que, al juzgar causas idénticas, que vienen del fenómeno de la masificación de derechos, presentan soluciones distintas. El estudio permite verificar que esa justicia “al azar” es causa que contribuye para el desabono del Poder Judicial y de todos que en él actúan. El Incidente busca evitar la inocuo movimiento de toda máquina judicial – con la práctica de incontables actos procesales, varias sentencias son emitidas y la consecuente apertura de posibilidad para la aplicación de varios recursos – en la solución de una misma causa de derecho. Además, el Incidente visa a solucionar la cuestión de la calidad de la prestación jurisdiccional, promoviendo la pacificación y la estandarización de la jurisprudencia en todo territorio nacional. El presente trabajo estudia el Incidente, ponderando su admisibilidad, sus consecuencias práctico-jurídicas y sus promesas frente a los problemas presentados en el ámbito procesal civil contemporáneo. El IRDR puede colaborar en mucho con lo alcance del Proyecto NCPC y ser un instrumento de solución satisfactorio, moderno, eficaz y coherente con las aspiraciones jurídico-legislativas, como el aumento de la seguridad jurídica, la disminución del número de demandas que cuidan de un mismo contenido, la caída de la morosidad de la prestación jurisdiccional, la caída en el número de recursos, la disminución de la pauta de los tribunales superiores y, finalmente, la mejora de la eficacia y eficiencia del proceso civil para asegurar la concretización del derecho material.

Palavras-chave: CPC, Proyecto, demandas repetitivas, incidente, principio de igualdad, seguridad legal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§ – parágrafo

§§ – parágrafos

art. – artigo

arts. – artigos

CDC – Código de Defesa e Proteção ao Consumidor

CF/88 – Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPC – Código de Processo Civil

EC – Emenda Constitucional

inc. – inciso

IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

MP – Ministério Público

NCPC – Novo Código de Processo Civil

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. BASES TEÓRICAS DA REFORMA PROCESSUAL CIVIL – JUSTIFICATIVA DE UMA NOVA CODIFICAÇÃO ANTE A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO	
1.1. Crise do Poder Judiciário	11
1.2. Código Buzaid de Processo Civil (1973)	15
1.3. Constituição Federal do Brasil (1988)	21
1.4. Emenda Constitucional n. 45 (2004)	24
1.5. Projeto do Novo Código de Processo Civil	26
2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA	
2.1. Origens	33
2.2. Admissibilidade	40
2.3. Procedimentalização à luz do Projeto do Novo CPC	44
2.4. Críticas ao modelo	51
3. EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO IRDR	
3.1. Adequação do diploma processual à realidade	54
3.2. O IRDR e seu caráter preventivo	60
3.3. Promoção de maior coesão entre o processo e o direito material	62
3.4. Harmonização entre a CF/88 e o IRDR	
3.4.1. Princípio da Igualdade	65
3.4.2. Segurança Jurídica	70
3.4.3. Celeridade	73
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	78

ANEXOS

- A. IRDR no Projeto do NCPC segundo projeto de origem PLS 166/2010 (arts. 895 a 906) atualizado até 19/08/2011.
- B. IRDR no Projeto do NCPC segundo Projeto de Lei n.º 8.046/2010 (arts. 930 a 941) atualizado até 12/10/2011.
- C. Projeto de Lei n.º 8.046/2010 – tramitação atualizada até o dia 12/10/2011.
- D. Propostas de alteração para o Projeto de Lei n.º 8.046/2010 – substitutivo do Senado Federal quadro comparativo pertinente ao IRDR.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Instrumento inovador proposto no Projeto do Novo Código de Processo Civil (NCPC), de inspiração alemã, segundo explicação constante da exposição de motivos elaborada pelo Ministro Luiz Fux¹. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas tem, basicamente, o escopo de aprimorar a prestação jurisdicional.

É patente que há grandes distorções no sistema processual brasileiro. O código processual vigente não mais supre a estrutura nem atende, de maneira satisfatória, ao crescente número de demandas propostas. A prestação jurisdicional hoje é lenta e há uma queda na segurança jurídica, diretamente decorrente da falta de estabilidade da jurisprudência, presente tanto nos tribunais superiores como nos tribunais estaduais.

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) tem sido qualificado como a grande novidade da comissão encarregada do Projeto do NCPC². O seu objetivo reside em solucionar conflitos de massa, evitando-se, assim, toda a movimentação da máquina judiciária com a prática de inúmeros atos processuais, a prolação de várias sentenças e a consequente abertura de possibilidade para a interposição de vários recursos.

Dentro de todo esse contexto de atos processuais e decisões judiciais, o incidente busca não só solucionar a vertente do moroso tempo da prestação jurisdicional, mas também a questão de sua qualidade. A efetivação do Incidente permitirá uma promoção da pacificação e da uniformidade da jurisprudência em todo território nacional, respeitadas as peculiaridades de cada região, avigorando a segurança jurídica, encurtando o tempo da efetiva prestação

¹ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

² MONTENEGRO FILHO, Misael. **Projeto do Novo Código de Processo Civil**: confronto entre o CPC atual e o projeto do novo CPC: com comentários às modificações substanciais. São Paulo: Atlas, 2011. p. 440.

jurídica e diminuindo gastos do poder público e das partes. Todas essas medidas visam contribuir, enfim, para uma efetivação ao acesso à Justiça.

O presente trabalho busca analisar o IRDR, com exame de seu cabimento e de sua admissibilidade, suas consequências prático-jurídicas e suas promessas frente aos problemas apresentados no âmbito processual civil contemporâneo. Por meio do estudo procura-se verificar se o IRDR é um meio eficaz para sanar os problemas constados na prestação jurisdicional. Por vias colaterais, analisa-se a relação do Incidente com os preceitos processuais constitucionais e se faz um breve paralelo com os institutos processuais hoje vigentes.

O IRDR pode preencher satisfatoriamente os objetivos traçados na Exposição de Motivos do Projeto do NCPC e ser um instrumento de solução eficaz e congruente com as aspirações jurídico-legislativas, aumentando a segurança jurídica ao mesmo tempo em que propicia uma queda na morosidade da prestação jurisdicional. Ademais, o IRDR pode promover a queda no número de interposição de recursos e a melhora da eficácia do Poder Judiciário.

O trabalho busca em especial tratar dos seguintes pontos: analisar o Projeto do NCPC, os seus objetivos, a sua base teórica e as justificativas para uma codificação. Busca-se, ainda, explorar os instrumentos propostos, especialmente o IRDR com seus desdobramentos no mundo jurídico, sopesando-se seus pontos negativos e positivos em relação à prestação jurisdicional. Por fim, cuida-se de uma análise prática das consequências do IRDR caso seja aprovado como foi proposto.

1. BASES TEÓRICAS DA REFORMA PROCESSUAL CIVIL – JUSTIFICATIVA DE UMA NOVA CODIFICAÇÃO ANTE A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO

1.1. Crise do Poder Judiciário

A crise do Poder Judiciário é tema recorrente no âmbito acadêmico, presente em diversas obras jurídicas e objeto de estudo de dissertações de monografia, mestrado e doutorado, bem como de vários artigos científicos.

O debate travado é multidisciplinar e internacional, extrapolando os limites do Direito e perpassando por áreas como as Ciências Políticas, Ciências Sociais e a Economia. De modo geral, especialmente para o caso do Poder Judiciário brasileiro, pode-se perceber um discurso suficientemente homogêneo no sentido de que a maior preocupação recai sobre a celeridade do sistema³ e que, somado a outros fatores, culmina em um generalizado descrédito do Poder Judiciário.

No entanto, quando se cuida de tratar as origens dos problemas da justiça, os debates não chegam a um denominador comum. Número insuficiente de magistrados e servidores, grande abertura de possibilidade de interposição de recursos, organização administrativa inadequada e recursos financeiros insuficientes são apenas alguns exemplos de causas levantadas na tentativa de justificar a morosidade da Justiça brasileira.⁴

³ SILVEIRA, Eustáquio Nunes. **A crise do Judiciário e a Formação do Juiz.** <http://www.cjf.jus.br/revista/numero18/artigo21.pdf>. Acesso em: 30/09/2011. Texto originalmente publicado na R. CEJ, Brasília, n. 18, p. 114-116, jul./set. 2002.

⁴ SILVEIRA, Eustáquio Nunes. **A crise do Judiciário e a Formação do Juiz.** <http://www.cjf.jus.br/revista/numero18/artigo21.pdf>. Acesso em: 30/09/2011. Texto originalmente publicado na R. CEJ, Brasília, n. 18, p. 114-116, jul./set. 2002.

Ovídio Baptista, no campo do processo civil, reforça que a morosidade e ineficiência do Poder Judiciário é fator que a todos embarça⁵ e afeta até mesmo a legitimidade da democracia representativa. Porém, quando analisa a investigação que pudesse indicar as causas determinantes do problema, o autor afirma que tal diagnóstico nunca foi propriamente realizado, seja por juristas, órgãos do governo ou pelo Parlamento⁶.

Portanto, em se tratando das causas da crise, não existe consenso. Por outro lado, é indubitável que, dentro do contexto de Estado Democrático, o Poder Judiciário exerce função basilar, tendo como “tarefa principal dirimir conflitos de interesses, aplicando o direito objetivo ao caso concreto”⁷, ou seja, função de fazer justiça⁸. A situação de crise judiciária, neste passo, revela-se extremamente nociva para o país que se propõe a ser um Estado moderno, pois “a independência do Judiciário é uma necessidade da liberdade individual”⁹.

De fato, com a CF/88, a constituição cidadã, tem-se um choque de redemocratização nunca antes experimentado no Brasil, o que tornou o problema mais evidente. Pela primeira vez o Poder Judiciário brasileiro pode gozar de autonomia administrativa e financeira (CF/88, arts. 96 e 99) e, com isso, uma independência mais plena.

No entanto, importante ressaltar que, embora o foco seja a crise no período moderno pós CF/88, a crise do Poder Judiciário não se dá com o advento do Estado moderno. A crise, na verdade, se remete à história do próprio país e pode ser contada tendo como base a evolução do constitucionalismo brasileiro. Nessa

⁵ SILVA, Ovídio A. Batista da. **Processo e Ideologia: o paradigma racionalista**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 299-300.

⁶ SILVA, Ovídio A. Batista da. **Processo e Ideologia: o paradigma racionalista**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 299-300.

⁷ SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p. 491.

⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 246.

⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 248.

medida, a deficiência da jurisdição decorre em grande parte da herança dos tempos de Brasil colônia e da instabilidade política que dominou a maior parte da vida do país, com uma série de regimes autocráticos e com constante desequilíbrio dos Poderes da República, pendendo quase sempre ao predomínio e ao arbítrio do Poder Executivo sobre os demais.¹⁰

Analisando a crise jurisdicional dois anos após a promulgação da CF/88, Ada Pellegrini Grinover associa a crise do Judiciário com a crise brasileira do Estado Moderno, na qual “a sobrecarga dos tribunais, a morosidade dos processos, seu custo, a burocratização da Justiça, a complicação procedimental, tudo leva à insuperável obstrução das vias de acesso à Justiça”¹¹.

A autora afirma que a inacessibilidade se traduz em negativa de Justiça relacionando-se, como principais fatores do problema, a crise estrutural, a crise institucional do equilíbrio entre os poderes, a mentalidade dos operadores da Justiça e a inadequação dos controles sobre o exercício da função jurisdicional.¹² Tratando sobre o tema, Dinamarco afirma que “a solene promessa de oferecer tutela jurisdicional a quem tiver razão é ao mesmo tempo um princípio síntese e o objetivo final, no universo dos princípios e garantias inerentes ao direito processual constitucional”¹³. No mesmo sentido, Cappelletti eleva o acesso à justiça por meio de um Poder Judiciário independente, eficaz e imparcial à garantia dos Direitos Humanos¹⁴. Dinamarco sintetiza Cappelletti, afirmando que tal direito de ação “é o mais elevado e digno dos valores a cultivar”.¹⁵

¹⁰ CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 173-176

¹¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **A crise do Poder Judiciário**. Revista da Procuradoria do Estado de São Paulo: São Paulo, Centro de Estudos. n. 34. Dez. 1990. p. 11-12

¹² GRINOVER, Ada Pellegrini. **A crise do Poder Judiciário**. Revista da Procuradoria do Estado de São Paulo: São Paulo, Centro de Estudos. n. 34. Dez. 1990. p. 12

¹³ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 21.

¹⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. p. 9-14.

¹⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 21-22.

No entanto, apesar de toda previsão constitucional afeta à proteção e à promoção da Justiça e todas as reformas processuais efetivadas mesmo antes de 1988, a crise do judiciário veio se agravando ao longo dos anos.

Após poucos anos da promulgação da CF/88, graças a seus modernos traços de vanguarda em garantias fundamentais, inclusive processuais, já se podia perceber e analisar a crise da justiça mais claramente. O ponto principal de insatisfação estava relacionado à duração do processo e da prestação do serviço judiciário, pois o sistema não vinha cumprindo a sua função precípua com celeridade. A Justiça vinha se mostrando sobrecarregada, com um acúmulo cada vez maior de processos sem resolução que fizeram (e ainda fazem) dela um organismo lento, sufocado e que exige um período cada vez mais longo para a prolação de uma sentença decidindo sobre um litígio¹⁶.

Na tentativa de solucionar a questão, muitos foram os esforços de movimentos reformadores. Como destaque, tem-se duas grandes reformas processuais (1994-1995 e 2001-2002) que buscaram solucionar pontualmente os obstáculos ao acesso a justiça. A promulgação da EC/45 em 2004, conhecida como Reforma do Judiciário, também é exemplo do esforço empregado, pois, como ressalta Maria Elizabeth Lopes, após treze anos de promulgação da CF/88, a comunidade jurídica ainda não estava satisfeita com a celeridade da prestação jurisdicional.¹⁷ Para a solução do problema, via-se a necessidade de mudanças substanciais no campo da atividade jurídica. Elas serão tratadas mais concretamente ao longo deste trabalho.

¹⁶ LOPES, João Batista. Reforma do Judiciário e Efetividade do Processo Civil. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. **Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005. p. 327-330.

¹⁷ LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Reflexões Sobre a Reforma do Judiciário. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. **Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005. p. 481-485.

1.2. Código Buzaid de Processo Civil (1973)

Dinamarco¹⁸ afirma que Código de Processo Civil brasileiro de 1939 foi, antes de tudo, uma tentativa de livrar o Brasil da herança portuguesa ligada à tradição lusitana presente nas Ordenações. Porém, revelou-se uma tentativa muito distante de se reputar bem sucedida como um todo.

Nessa medida, prossegue o referido autor, o Código Buzaid representa um passo gigante, no que diz respeito aos aspectos de técnica processual, à adoção de conceitos processuais modernos e à higidez da estruturação dos institutos. O autor ressalta também a paridade do corpo normativo com o estado da doutrina brasileira da época em que foi editado, demonstrando ser um excelente instrumento técnico.¹⁹

No entanto, pontua o autor que, “mesmo tendo sido elaborado com o declarado intuito de constituir-se efetivamente em um novo estatuto [...] o Código Buzaid foi ainda um retrato do pensamento jurídico-processual tradicional”²⁰, sem grandes inovações nos campos metodológicos, ideológico ou estrutural.

Sálvio Teixeira²¹, analisando os efeitos do CPC, expõe, em tom de crítica, que:

O Código de 1973, todavia, não alcançou seus objetivos. Embora de elogiável técnica, muito deixou a desejar em termos de aplicação. [...] Fiel ao estado da doutrina brasileira de seu tempo, o Código de 1973 veio a lume como um excelente instrumento técnico. Faltam-lhe, contudo, ingredientes de que hoje não se pode prescindir.

O autor prossegue tecendo três críticas principais ao Código Buzaid: em primeiro lugar, entende que não houve maturação do corpo normativo por falta

¹⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 21-24.

¹⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 23

²⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 22-23.

²¹ TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **A criação e realização do direito na decisão judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 50.

de um debate amplo e democrático acerca de seu texto; em segundo lugar, critica o fato de os experts responsáveis pela elaboração do Código não viverem o dia-a-dia do movimento forense de primeiro grau. Finalmente, arremata o mestre afirmando que, em razão da instabilidade política da época (Crise do Petróleo de 1973 e último ano do mandato de presidente do General Médici na égide do regime ditatorial), a finalização do CPC deu-se de maneira apressada, impedindo a suficiente e devida análise crítica de seu texto.

Com o fim da Ditadura, o poder constituinte elaborou uma carta política moderna. A promulgação da CF/88, com seus traços liberais, democráticos e de vanguarda, após anos de governo autoritário, trouxe transformações substanciais no âmbito constitucional. Toda essa mudança de paradigma se refletiu no plano do processo civil e, com isso, surgiram movimentos remodeladores do CPC (este ponto será mais bem analisado no item 1.3).

Dinamarco aduz que neste clima de evolução, foram efetivadas duas grandes reformas no CPC. A primeira reforma se deu no período de 1994-1995 ao passo que a segunda reforma foi concretizada nos anos de 2001-2003. Em ambas há o traço claro de promoção de uma tutela jurisdicional focada nas pessoas, cuidando-se de mitigar ou remover os obstáculos que se oponham à efetivação do acesso à justiça.²²

Sobre o tema, Dinamarco afirma que:

As Reformas do Código de Processo Civil tiveram como objetivo central a aceleração da tutela jurisdicional e, como postura metodológica predominante, a disposição de liberar-se de poderosos dogmas plantados na cultura processualística ocidental ao longo dos séculos.²³

O primeiro movimento reformador do CPC foi impulsionado por um seleto grupo de autoridades que, conscientes da crise jurisdicional e dos novos anseios derivados da CF/88, juntou esforços e elaborou uma série grande de anteprojetos de lei endereçados a capítulos bem especificados do CPC,

²² DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 35.

²³ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 20.

anteriormente identificados como causadores de empecilhos ao acesso a Justiça e entraves ao funcionamento fluido da administração judiciária.

De todos os anteprojetos elaborados, doze se converteram em leis. Todos os anteprojetos eram pontuais, específicos. Eles possuíam “explícita renúncia a qualquer pretensão de reorganizar o CPC ou alterar sua estrutura”²⁴.

Na realidade, os anteprojetos vieram apresentados como “mini-reformas”²⁵ que não objetivaram em absoluto pugnar o Código ou pretender postular a sua substituição. O intuito foi de ataques a problemas pontuais, “uma verdadeira estratégia de guerrilhas contra pontos sensíveis do sistema, bem definidos e merecedores de uma ocupação oportuna e saneadora”.²⁶

A segunda reforma é denominada “Reforma da Reforma” por Dinamarco.²⁷ Assim como a primeira onda reformadora, o movimento foi pautado pelo método de soluções pontuais. Não se verifica nos projetos o objetivo de interferir ou alterar a estrutura do CPC, nem mesmo propostas de aprimoramentos conceituais ou sistemáticos. O segundo movimento remodelador foi também pautado pelo “método das guerrilhas”, “limitando-se a remediar pontos específicos e identificar focos no retardamento na produção da tutela jurisdicional, propondo soluções simplificadoras, aceleradoras e, portanto, propícias à integridade e efetividade desta”.²⁸

Embora seja inegável que as reformas trouxeram melhorias à prestação jurisdicional, todo o empenho depositado nas mudanças trazidas pelos movimentos se revelaram insuficientes para que a tutela jurisdicional seja efetiva, tempestiva e justa.

²⁴ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 34.

²⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 34.

²⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 34.

²⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 35.

²⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 35.

Com o foco voltado para a análise do traço individualista do CPC como ponto de demora da jurisdição, Zavascki discute, assim como Dinamarco, sobre os mesmos problemas do Código Processual vigente analisando as Reformas Processuais Civis:

Tal sistema [Código de Processo Civil brasileiro de 1973], por outro lado, foi moldado para atender à prestação da tutela jurisdicional em casos de lesões a direitos subjetivos individuais, mediante demandas promovidas pelo próprio lesado. Assim, como regra, “ninguém poderá pleitear em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei” (CPC, art. 6º). Não se previram, ali, instrumentos para a tutela coletiva desses direitos, salvo mediante a fórmula tradicional do litisconsórcio ativo, ainda assim sujeito, quanto ao número de litisconsortes, a limitações indispensáveis para não comprometer a defesa do réu e a rápida solução do litígio (art. 46, parágrafo único, do CPC). Não se previram, igualmente, instrumentos para a tutela de direitos e interesses transindividuais, de titularidade indeterminada, como são chamados “interesses difusos e coletivos”.²⁹

E prossegue:

Em outras palavras, o Código partiu do pressuposto de que a função jurisdicional ‘existe por causa de um conflito e para solucioná-lo’. Consequentemente, nele não foram previstos instrumentos para dar solução a conflitos verificáveis no plano abstrato (independentemente da consideração de específicos fenômenos de incidência), como é o conflito que se estabelece entre preceitos normativos ou, mais especificamente, entre normas constitucionais e normas infraconstitucionais.

Finalmente, conclui o renomado autor afirmando que:

a estrutura original do Código de 1973, moldada para atender demandas entre partes determinadas e identificadas, em conflitos tipicamente individuais, já não espelha a realidade do sistema processual civil.³⁰

Zavascki, dessa maneira, complementa o exposto por Dinamarco. Segundo ele, as reformas processuais se iniciam, na verdade, em um momento

²⁹ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p.13-22.

³⁰ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 20.

anterior à promulgação da CF/88, ao passo que para Dinamarco as reformas se iniciam somente depois do ano de 1988.

Segundo Zavascki, a primeira importante série de reformas iniciou-se em 1985. Porém, ela não teve a centralização própria das duas grandes reformas pontuadas por Dinamarco. Na verdade, ela se inicia principalmente a partir de 1985 e se prolonga por força de remodelações pontuais até a criação do CDC (Lei 8.078 de 1990).

Tal onda remodelou as regras das demandas de natureza coletiva, tutela de direitos transindividuais e a tutela da ordem jurídica abstratamente considerada.³¹

Zavascki, concluindo sobre as reformas processuais, pontua que nas mudanças promovidas, a par da busca expressa na celeridade processual, vê-se que as medidas visaram à positivação de instrumentos processuais com maior ênfase na resolução de conflitos em sua dimensão coletiva. “É o reflexo dos novos tempos, marcados por relações cada vez mais impessoais e mais coletivizadas”³².

Ovídio Baptista, refletindo sobre as causas da crise jurisdicional e o insucesso das reformas processuais, tece críticas sobre a forma como foram efetivadas as mudanças e justifica o fracasso das reformas.

Assevera o autor que a crise pela qual passa a administração da Justiça tornou-se tema constante seja na imprensa seja na vida forense. No entanto, o que há de singular “é que a ninguém [...] ocorra à natural indagação do “por quê” da crise. Segundo o professor, seria essa pergunta que poderia dar alguma resposta a respeito das causas reais do problema com a Justiça. No entanto, ele prossegue: “nem a exasperação da crise que provocou o movimento de minirreformas introduzidas no Código de Processo Civil foi capaz de estimular” de maneira correta uma investigação que fosse capaz de indicar as causas determinantes da

³¹ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 20.

³² ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 21.

inadequação de nossos instrumentos processuais. E finaliza: É surpreendente que se hajam feito essas reformas sem qualquer diagnóstico.³³

As reformas, nesse sentido, trouxeram melhoras ao sistema judiciário. Contudo, elas não atingiram o cerne do problema.

³³ SILVA, Ovídio A. Batista da. **Processo e Ideologia:** o paradigma racionalista. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 299.

1.3. Constituição da República Federativa do Brasil (1988)

A CF/88 é reconhecidamente uma norma fundamental de vanguarda, primorosa e numerosa em garantias e direitos fundamentais que refletem, ainda hoje, os mais modernos princípios que compõem um Estado Democrático de Direito.

Gilmar Mendes afirma que, apesar de o país ainda estar sob o manto de tal carta política, o que, nos dizeres do autor, “prejudica uma indispensável perspectiva de tempo para a elaboração de um juízo crítico”, é inegável que a CF/88 permite uma “sociedade efetivamente justa e solidária, que tem como seu ponto fundamental a dignidade da pessoa humana”³⁴.

Nessa esteira, o Ministro do STF, ao tratar do Poder Judiciário em sua obra, afirma que, em nenhum momento da história do Brasil, uma Constituição garantiu tamanha independência à prestação jurisdicional nacional. Essa singularidade permite a promoção da proteção judicial efetiva que configura pedra angular da proteção de direitos³⁵.

Sálvio de Figueiredo Teixeira, por sua vez, reforça ser “inegável a generosidade da CF/88 ao contemplar o direito brasileiro com novos institutos e novas regras no campo do processo civil”³⁶.

Nelson Nery Júnior, em obra anterior à EC/45 de 2004, já descreve o fenômeno de constitucionalização nos ramos autônomos do Direito. No que tange ao Direito do Processo, os acontecimentos não foram diferentes. Esta influência do direito constitucional sobre as demais áreas, inclusive processual, decorre, em linha

³⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 179.

³⁵ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 931-935.

³⁶ TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **A criação e realização do direito na decisão judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 65.

gerais, das características aqui já tratadas de autonomia e independência do Poder Judiciário agora expressamente garantidas na Carta Magna.³⁷

Dinamarco afirma que o fato de a CF/88 realçar tão significativamente o compromisso do Estado brasileiro com a tutela jurisdicional por meio de um processo justo, acessível e realizado em tempo razoável impulsionou em boa medida o movimento reformador do CPC.³⁸

Nery Júnior, didaticamente, parte do princípio do devido processo legal combinado com o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (também denominado de princípio do direito de ação, expressamente esculpido no art. 5º, inc. XXXV, da CF/88) e discorre sobre os demais princípios processuais constitucionais como processos derivados.³⁹

Ao todo, o processualista indica nove grandes princípios processuais previstos na CF/88, sendo eles: princípio do devido processo legal e, como derivados, os princípios da isonomia, do juiz e do promotor natural, da inafastabilidade do controle jurisdicional, do contraditório, da proibição da prova ilícita, da publicidade dos atos processuais, do duplo grau de jurisdição e, por fim, o princípio da motivação das decisões judiciais.

Dinamarco, em lição elucidativa, assim dispõe:

Ao definir e explicitar muito claramente garantias e princípios voltados à tutela constitucional do processo, a nova Constituição tornou crítica a necessidade não só de realizar um processo capaz de produzir resultados efetivos na vida das pessoas (efetividade da tutela jurisdicional), como também de fazê-lo logo (tempestividade) e mediante soluções aceitáveis segundo o direito posto e a consciência comum da nação (justiça).⁴⁰

³⁷ NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. (Coleção Estudos de Direito de Processo - Enrico Tullio Liebman – v. 21)7. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2002. p. 98-111.

³⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 29.

³⁹ NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. (Coleção Estudos de Direito de Processo - Enrico Tullio Liebman – v. 21)7. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2002. p. 32-40

⁴⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 29.

A CF/88, portanto, nos termos do referido autor, “é rica em institutos processuais que promovem o efetivo acesso à Justiça”, este como equivalente a resultados justos, legitimados em um sistema processual que procure ser plenamente efetivo, vocacionado a cumprir objetivos sociais, políticos e jurídicos⁴¹.

Efetividade, tempestividade e justiça, retomando a lição de Dinamarco, “são os predicados essenciais sem os quais não é politicamente legítimo o sistema processual do país” ⁴². Todos esses elementos estão previstos na Constituição. Nessa medida, a CF/88 é um marco que confere ao processo civil todo um arcabouço para efetivar um processo que proporcione a quem tem direito uma tutela jurisdicional digna.

⁴¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 37.

⁴² WATANABE, Kazuo. Da Cognição no processo civil. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1987. Apud: DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 29

1.4. Emenda Constitucional n. 45 (2004)

Como visto anteriormente, a CF/88 é abertamente compromissada com a tutela jurisdicional por meio de um processo justo e acessível. Ela confere uma inédita independência ao Poder Judiciário no que se refere à sua administração e se revela primorosa na proteção judicial por trazer modernos institutos e regras no campo do processo civil.

No entanto, no que concerne à celeridade da prestação jurisdicional, a sociedade e a comunidade jurídica não estavam satisfeitos com os resultados das mudanças.⁴³

A vertente processual consubstanciada em uma jurisdição efetiva, tão amplamente tratada e protegida na Carta política não apresenta a devida tempestividade. A morosidade da justiça, por sua vez, resiste e persiste, apesar de todas as reformas processuais vistas, ultrapassando, até mesmo, as várias mudanças constitucionais.

Assim sendo, à tutela jurisdicional faltava o predicado tempestividade. O poder constituinte derivado, ante o descrédito e a generalizada insatisfação com o Poder Judiciário, elaborou a EC/45 com um caráter de “marco de virada” da prestação jurisdicional, como um instrumento de efetiva mudança de paradigma que podem ser resumida numa única expressão: Reforma do Judiciário.⁴⁴

A EC/45 promulgada em 2004 acabou por tornar mais evidente a urgência por transformações que pudessem viabilizar a eficácia dos novos valores e das novas garantias constitucionais no plano processual.

⁴³ LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Reflexões Sobre a Reforma do Judiciário. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. **Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005. p. 481-485.

⁴⁴ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. **Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005. p. 5.

Entre as várias transformações promovidas pela Emenda, pode-se perceber uma ênfase constante na preocupação com o problema da velocidade da prestação jurisdicional.

Em busca de um aperfeiçoamento substancial no serviço da tutela jurisdicional, acrescentou-se, então, ao extenso rol de direitos e garantias positivados pelo art. 5º na CF/88, o inc. LXXVIII, com a previsão de que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Com efeito, como salientado por Silva Neto, o ideal que se buscou por meio da inserção do referido inciso é uma prestação jurisdicional célere, tempestiva e eficaz em garantir o resultado útil do litígio em tempo hábil. Tratou-se, na verdade, de uma medida pareada ao clamor nacional pelo incremento da efetividade da atividade judiciária, objetivo maior da EC/45⁴⁵.

A Emenda Constitucional n. 45 de 2004, portanto, encampou o ideário previsto por Cappelletti, buscando evitar principalmente a morosidade da justiça, pois, segundo o autor, processo justo é “aquele no qual se realiza a tutela judicial dos direitos fundamentais em duração razoável”⁴⁶, o que não vinha acontecendo no sistema processual civil brasileiro. Como se pode observar, enfim, as reformas promovidas pela EC/45 visaram, principalmente, a uma maior celeridade na resolução dos litígios⁴⁷.

⁴⁵ SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p. 724.

⁴⁶ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. p. 20.

⁴⁷ CRUZ, José Raimundo Gomes da. A Emenda constitucional n. 45, de 8/12/2004, interpretada. *Justitia*, São Paulo, v. 65, n. 198, p. 203-253, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31473>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

1.5. Projeto do Novo Código de Processo Civil

Como visto, o moderno processo civil brasileiro já não se situa somente no CPC. Ademais, o que o sistema revela de mais moderno, como por exemplo, a tratativa das tutelas jurisdicionais coletivas, está disciplinado em leis esparsas. Com efeito, após extensivas reformas que nunca se pautaram por uma preocupação concentradamente sistemática, o CPC transformou-se em um grande mosaico⁴⁸.

As sucessivas reformas pontuais acabaram por provocar uma carência de unidade lógica ao CPC vigente. Premissas de formulação de qualquer codificação, tais como sistematização, coesão e uniformidade foram perdidas ao longo dos anos⁴⁹.

Dinamarco, no ano de 2003, portanto antes da EC/45, já criticava e se preocupava com a dispersão de importantes normas processuais civis em vários diplomas dissociados que impunham novas regras processuais, tais como o CDC, a Lei de Ação Civil Pública e, entre outros, a do Juizado Especiais.⁵⁰

Com essa quebra do corpo único que consubstancia um código, reconheceu-se a necessidade de mais mudanças substanciais no sistema processual civil com o objetivo de proporcionar “à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que têm cada um dos jurisdicionados”⁵¹.

⁴⁸ MONTENEGRO FILHO, Misael. **Projeto do Novo Código de Processo Civil**: confronto entre o CPC atual e o projeto do novo CPC: com comentários às modificações substanciais. São Paulo: Atlas, 2011. No mesmo sentido: MARINONI, Luiz Guilherme. **O Projeto do CPC**: crítica e propostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 55-60 e BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

⁴⁹ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

⁵⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma da Reforma**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 40.

⁵¹ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

Dinamarco pondera que, mesmo depois das reformas:

até hoje continuamos, um pouco romanticamente, a propugnar por um “processo civil simples, econômico, rápido e acessível aos pobres” sem podermos dizer que já tenhamos chegado ou que estejamos chegando a resultados satisfatórios⁵².

Após todo o esforço legislativo para fortalecer o Poder Judiciário, indagando se houve melhoras, o mesmo autor conclui:

A Justiça melhorou? Não mudou e não melhorou, embora há bastante tempo já saibamos, com razoável clareza, que as causas da ineficiência da Justiça pululam em três focos mais ou menos definidos, que são, segundo antiga revelação de Carnelutti, a lei processual, as estruturas judiciárias e, acima de tudo isso, o homem, que opera o processo.⁵³

Portanto, sobram críticas e não restam dúvidas sobre a pouca efetividade das mudanças já realizadas. Elas não demonstraram ser suficientes para garantir a tão almejada qualidade do Poder Judiciário.

Indaga-se, então, se, após os quase 40 anos do vigente CPC, seria este o momento de rever todo o corpo normativo processual e promulgar uma nova codificação?

Respondendo à pergunta, há clara fissão na doutrina.

Juristas, mestres processualistas e doutrinadores de peso, como se viu até aqui, são uníssonos sobre a ineficácia do sistema processual vigente. Por outro lado, há aqueles que questionam se a formulação de um Novo CPC seria mesmo a medida necessária e apta para mudar o quadro.

Os contrários à formulação de um novo código dizem ser despicienda uma nova codificação. Para eles, seria o bastante reformas pontuais trabalhando pontualmente os problemas remanescentes.

⁵² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 13.

⁵³ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 15.

Marinoni defende tal posicionamento ao lançar como exemplo a bem sucedida reforma feita no processo de execução. Segundo o doutrinador, o procedimento renovado se mostrou apto a responder às novas necessidades e se revelou eficaz, satisfazendo as expectativas da execução. Todas as mudanças se deram por meio de mera reforma⁵⁴.

O autor prossegue em sua crítica à nova codificação fazendo uma análise mais crítica, bastante voltada para questões acadêmicas. Segundo ele, não se justifica uma nova sistematização pela ausência de mudanças que proponham uma renovação metodológica.

Marinoni afirma que “uma codificação é oportuna quando apresenta verdadeira renovação metodológica. No seu âmago há sempre recíproca implicação entre tradição e ruptura”⁵⁵, o que não se verifica no atual campo processual brasileiro.

O autor segue na defesa de seu ponto de vista, analisando o Projeto do NCPC (à época da publicação ainda na fase de Anteprojeto) e, ante a ausência de intento de ruptura, afirma:

que o mesmo [intenção de ruptura] não se passa em relação ao Projeto. Este repete em grande parte as redações tais quais já existentes no Código vigente. Em muitos momentos há sutil reescrita do texto, preservando-se integralmente o sentido normativo.⁵⁶

E prossegue, concluindo: “Nada [inovações] que não pudesse ser realizado, pois, por mudança do texto do Código vigente, sem que fosse necessária a instituição de um novo Código de Processo Civil”.

⁵⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. **O Projeto do CPC: crítica e propostas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 55-60.

⁵⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. **O Projeto do CPC: crítica e propostas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 56.

⁵⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. **O Projeto do CPC: crítica e propostas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 56.

Dessa feita, verifica-se que a abordagem colocada nutre uma crítica meramente acadêmica, estéril de enfrentamento às questões práticas, separando apenas a diferença entre consolidação e codificação.

Rejeitando a tradição de reformas pontuais e defendendo uma nova codificação, tem-se Maria Clara Gozzoli⁵⁷:

Para que se possa cessar completamente a útil e salutar atividade de reformas pontuais, o Brasil deve pensar grande, pensar no futuro, preparar-se para as novas gerações, reconstruindo um sistema único de solução de conflitos individuais e coletivos, conhecendo melhor o fenômeno da conflituosidade, conhecendo melhor cada tipo de conflito, estudando e definindo os meios adequados para solução de cada tipo de conflito, priorizando a solução coletiva.

Para agir assim é preciso ter coragem. Em primeiro lugar para dizer não aos apelos para soluções imediatas e imediatistas. Depois há de se ter coragem e firmeza para derrubar certos dogmas hoje inúteis, ultrapassados e prejudiciais. A principal destruição a ser feita é acabar de vez com o velho processo racionalista tradicional, o processo do começo-meio-e-fim, da legitimação e da coisa julgada.

Dinamarco, com ares de profecia, ainda em 2004, já clamava para a necessidade de uma revisão sistemática do CPC, capaz de orientar partes e magistrados na direção clara e transparente de uma jurisdição efetiva:

Agora, não mais uma guerra de guerrilhas, como foi proposto pelos reformadores no momento em que isso era adequado e conveniente, mas uma revisão sistemática suficiente a devolver ao sistema brasileiro a indispensável coerência e consistência no trato dos institutos mediante absorção das conquistas da moderna ciência processual e dos frutos das experiências já vividas aqui e alhures.

Portanto, verifica-se que o momento demonstra-se oportuno para uma nova codificação, pois, a par de qualquer intenção de consenso, mesmo do lado daqueles que defendem a desnecessidade de uma codificação, encontra-se presente um sentimento de insatisfação com o atual sistema processual e uma carência por mudanças objetivando a garantia do acesso à Justiça.

⁵⁷ GOZZOLI, Maria Clara et al. **Em defesa de um novo sistema de processos coletivos**: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 19-24.

Nesse contexto, instituiu-se a Comissão de Juristas encarregada da elaboração do Projeto do NCPC (doravante denominada simplesmente de Comissão).

Dentro dos objetivos de mudanças traçados, a Comissão teve como ponto basilar a resolução de problemas⁵⁸. Para tanto, buscou-se uma mudança no objetivo processual, tendo-o, precipuamente, como o instrumento de materialização e efetivação do direito substantivo⁵⁹.

Para Bedaque, defensor profícuo desta ideia de missão do processo como inafastável do direito material, assim define a tutela jurisdicional:

“tutela jurisdicional tem o significado de proteção de um direito ou de uma situação jurídica, pela via jurisdicional. Implica prestação jurisdicional em favor do titular de uma situação substancial amparada pela norma, caracterizando a atuação do direito em casos concretos trazidos à apreciação do Poder Judiciário.”⁶⁰

A Comissão, com a previsão expressa de atingir este patamar, fixou a simplificação como um dos pontos basilares dentro dos trabalhos desenvolvidos. Com o sentido de simplificação, busca-se privilegiar o direito material sobre os formalismos do direito processual, sintonizando, como defende Bedaque, a garantia de efetividade de um processo justo com o objetivo principal de primazia do direito material sobre o excessivo formalismo do corpo normativo processual; deve-se primar sempre pela proteção do direito do jurisdicionado⁶¹.

A promoção da tutela do direito material, contudo, não basta para a efetivação do processo. A prestação jurisdicional também deve ser rápida, pois um

⁵⁸ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

⁵⁹ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do Processo e Técnica Processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 31-34; p. 78-79.

⁶⁰ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 26

⁶¹ BEDAQUE, José Roberto Dos Santos. **Direito e Processo: Influência do Direito Material Sobre o Processo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 14-16.

país que ostenta uma Justiça morosa, ostenta também uma Justiça inacessível e acaba por violar o Direito Humano ao seu real e efetivo acesso⁶².

Barbosa Moreira⁶³, tratando do binômio velocidade/qualidade da prestação jurisdicional, alerta para o potencial fator de má qualidade da Justiça caso se busque unicamente a velocidade. O mestre defende uma visão ponderada para que o equilíbrio entre os fatores seja buscado sem, no entanto, discordar que uma prestação jurídica tardia é o mesmo que justiça negada.

Atentos a essas ponderações, a constitucionalização do processo, agora expressa no termos da Exposição de Motivos do Projeto do NCPD (doravante denominada simplesmente Exposição de Motivos), é o alicerce para promover os objetivos de uma Justiça rápida e efetiva.

Luiz Fux, Presidente da Comissão e hoje Ministro do STF, esclarece que a credibilidade e o respeito ao Poder Judiciário somente voltarão à sua plenitude com a entrega de uma justiça acessível ao povo e que dê ao cidadão uma resposta justa e tempestiva⁶⁴.

Para efetivar a recuperação e o revigoramento da Justiça, Fux guiou os trabalhos, em um primeiro momento, na identificação das barreiras para a prestação de uma justiça rápida, legitimando democraticamente as soluções⁶⁵.

Os juristas, usando de aprofundamento técnico no panorama processual civil, concluíram que eram três os principais fatores que provocavam as mais significativas causas de atraso no serviço de prestação jurisdicional e na

⁶² CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. p. 67-74.

⁶³ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de Direito Processual**: (Nona Série). São Paulo: Saraiva, 2007. p. 367-377.

⁶⁴ FUX, Luiz. O Novo Processo Civil. In: BARBOSA, Andrea Carla et al. **O Novo Processo Civil Brasileiro**: Direito em Expectativa (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 4-22.

⁶⁵ FUX, Luiz. O Novo Processo Civil. In: BARBOSA, Andrea Carla et al. **O Novo Processo Civil Brasileiro**: Direito em Expectativa (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 4-22.

tempestiva resolução dos litígios. São elas, segundo a Exposição de Motivos do Projeto do NCPC:

1. A primeira causa diagnosticada foi o excesso de formalidades dos instrumentos processuais, herança do processo civil português importado pelas Ordenações da época do Brasil Império. O excessivo apego à forma é oriundo da era do Iluminismo, no qual, à época, o formalismo representava, antes de tudo, uma garantia do jurisdicionado contra o Estado. A evolução constitucional do Brasil e o estágio de desenvolvimento político da sociedade brasileira permitem dispensar esse tipo de proteção (mais bem analisada no item 1.3)

2. A segunda causa foi a litigiosidade desenfreada advinda da conscientização da cidadania após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o avanço econômico, a massificação dos direitos e a crescente defesa de interesses supra individuais. Cuida-se da denominada sociedade de massa, que será mais bem estudada adiante (item 3.1).

3. A terceira causa, finalmente, foi reputada ao sistema recursal, que não será objeto de estudo deste trabalho.

2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA

2.1. Origens

Dentre os objetivos traçados pela Comissão, na Exposição de Motivos, há destaque para promoção da segurança jurídica e da celeridade da prestação jurisdicional.

Neste passo, para a efetividade dos referidos princípios, é exaltado o instituto do IRDR como um importante instrumento processual, considerado por muitos como a grande novidade do NCPC⁶⁶.

Segundo consta da Exposição de Motivos, o IRDR busca evitar a “dispersão excessiva da jurisprudência”, garantia de segurança jurídica e isonomia, bem como busca “atenuar o assoberbamento de trabalho do Poder Judiciário”, garantia de celeridade do processo.

O IRDR tem expressa inspiração no modelo alemão chamado *Musterverfahren*. Antônio do Passo Cabral⁶⁷, no ano de 2007, publicou artigo que introduziu a ideia do procedimento tedesco no Brasil. O seu trabalho é à base do estudo da origem do IRDR.

Para a análise da origem do IRDR aqui proposta, não será analisado o procedimento do modelo alemão. O estudo se limitará, em um primeiro momento, à descrição da situação problema concreta que ensejou a ideia de criação e da elaboração do *Musterverfahren*. Após, será realizado um estudo dos requisitos de admissibilidade do procedimento no juízo de primeiro grau. Por fim, analisar-se-ão

⁶⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. **O Projeto do CPC: crítica e propostas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 56.

⁶⁷ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 130.

os seus efeitos. Com isso, espera-se demonstrar os pontos do modelo alemão afetos à temática do IRDR e justificar o por quê da Comissão o ter como inspiração.

Relata o professor Cabral⁶⁸ que o Musterverfahren é um instrumento de tutela coletiva não representativo que surgiu em 16/08/2005, quando da promulgação da “Lei de Introdução do Procedimento-Modelo para o mercado de investidores em mercado de capitais” (também denominada KapMuG, em referência à abreviatura da nomenclatura original Gesetz zur Einführung von Kapitalanleger-Musterverfahren).

A KapMuG foi elaborada como instrumento pontual na resolução de dezenas de milhares de conflitos envolvendo questões de direito homogêneas entre empresas que emitiram ações nas bolsas de valores e seus investidores.

Guardadas as particularidades, tais repetições de demandas envolvendo direito homogêneo também são comuns no Brasil como, por exemplo, em relações tributárias, previdenciárias, contratos bancários e planos de saúde.

A situação era a seguinte: verificou-se na Alemanha que algumas empresas atuantes no mercado de capitais, em especial no ramo de telecomunicações, omitiam informações internas que acabavam por viciar a escolha dos investidores no momento da compra de ações. Não raro, essas omissões camuflavam aspectos importantes sobre a saúde da corporação e gerava prejuízos aos seus investidores que, insatisfeitos e sentindo-se lesados pela conduta, buscavam indenização no judiciário.

O Procedimento-Modelo (aqui adotada a tradução de Cabral⁶⁹ para o Musterverfahren) foi elaborado com o objetivo de impor às empresas que atuam

⁶⁸ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 131.

⁶⁹ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 131.

na bolsa de valores a prestação de informação clara e completa sobre as ações disponibilizadas no mercado de capitais.

Contudo, ocorrendo o descumprimento de tal obrigação, surge para todos os investidores do mercado de capitais o direito a indenização⁷⁰.

A título de ilustração, para uma melhor compreensão da conjuntura posta e que ensejou a criação do Musterverfahren, Rossoni⁷¹ relata o caso da Deutsch Telekom, que ficou famoso na Alemanha entre os anos de 1999 e 2000.

A companhia de telecomunicação, ao lançar suas ações no mercado, deixou de revelar uma série de informações importantes sobre o capital da empresa. Tais omissões, quando despontadas, causaram grande desconfiança nos investidores, levando a uma depreciação substancial dos valores nominais das ações na bolsa de valores nos meses subsequentes.

Os detentores das ações da empresa, em razão da supressão de informações essenciais relativas à Deustch Telekom suportaram um prejuízo indevido e, com isso, buscaram indenização junto ao poder judiciário especializado.

No período compreendido entre agosto de 2001 até o meio do ano de 2003, mais de treze mil ações de reparação foram propostas perante o Tribunal de Frankfurt, cidade sede da Bolsa de Valores alemã. Treze mil ações envolvendo, portanto, direitos materiais homogêneos (direito de indenização) e partes heterogêneas (empresa X milhares de investidores).

Desprovido de instrumentos processuais adequados para lidar com esse grande número de litígios em massa, o Tribunal sofreu uma paralisação de suas atividades. Em razão disso, no ano de 2004, o Tribunal Constitucional Alemão

⁷⁰ ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 14.

⁷¹ ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 7

julgou dois recursos constitucionais sob a alegação de violação ao direito de duração razoável do processo.

Dentro deste contexto, como resposta aos recursos, a KapMuG foi promulgada e o Musterverfahren nasceu com o objetivo de ser a ferramenta capaz de racionalizar a resolução de tais ações envolvendo o mercado de capitais.

A estrutura da KapMuG é dividida em três partes com vinte parágrafos. A primeira parte trata sobre as hipóteses de cabimento. A segunda cuida do procedimento perante os Tribunais especializados da Alemanha. A terceira dispõe sobre os efeitos. Como dito, a parte que regula a forma pela qual é conduzido o procedimento do Musterverfahren não será abordada nesse estudo, pois fugiria do escopo de delimitação do tema.

No que se refere ao propósito delineado no trabalho, para a análise do Procedimento-Modelo, três pontos merecem ser ressaltados: em primeiro lugar, o restrito espectro de aplicação do Musterverfahren, que somente se aproveita aos agentes do mercado de valores. Em segundo lugar, quase paradoxalmente, merece destaque a amplitude do instituto.

Em relação ao segundo ponto, perspicaz e elucidativa é a observação elaborada por Rosa⁷² que dá a dimensão da amplitude do Procedimento-Modelo:

Nota-se, portanto, que se trata de demandas extremamente massificadas, com o potencial de ser necessário indenizar todos os investidores, pois mesmo os que investiram em outras companhias o fizeram por acreditar ser esse o melhor investimento e, se a companhia que deveria ter revelado uma informação o tivesse feito, tal investidor poderia ter preferido esse investimento. São vítimas virtualmente impossíveis de serem definidas.

⁷² ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 14-15.

Por fim, em terceiro lugar, é curioso notar que a Lei do KapMuG foi promulgada com prazo certo de validade. O seu parágrafo 20 dispõe que a Lei perderia a sua eficácia em primeiro de novembro do ano de 2010, tempo suficiente para que houvesse a resolução das dezenas de milhares de casos idênticos que travou o funcionamento da Justiça. Prevê o parágrafo que, após esse prazo, o Ministério da Justiça alemão analisará a inclusão do modelo com o caráter geral. Este prazo de validade expõe um caráter emergencial e experimental da Lei, que, somado ao seu restrito espectro de aplicação, revela que o legislador alemão buscou uma ação em muito pontual.

De fato, o Musterverfahren foi mantido no ordenamento alemão, sendo hoje largamente utilizado para fixação de entendimentos principalmente em questões de direito tributário.

Ultrapassadas as questões do motivos da elaboração do Musterverfahren, restam as análises dos seus requisitos de admissibilidade no juízo de primeiro grau e de seus efeitos.

Em seus primeiros parágrafos a KapMuG dispõe que o Procedimento-Modelo será admitido se (1) verificada demanda para compensação de danos devido a informações falsas ou sua omissão, ou (2) reivindicação de cumprimento de contrato com base em uma oferta pública.

Rossoni⁷³ entende que o cerne do Procedimento-padrão está na análise de admissibilidade, pois, depois de formalizado o pedido de uma das partes para instauração do procedimento, há a definição “com parâmetros objetivos, das questões fáticas ou jurídicas que serão fixadas pelo juiz de primeiro grau e decididas pela Corte de Apelação”. Interessante notar que não se admite revisão de tais parâmetros uma vez firmados pelo magistrado de primeira instância.

Após a decisão da Corte de apelação o julgado é aplicado de forma vinculada para todos os casos individuais similares.

⁷³ ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 7.

Importante lembrar que, apesar de ter aplicação restrita, o Procedimento-modelo foi elaborado buscando-se tutelar o direito à indenização de dezenas de milhares de pessoas na qualidade de investidores, de maneira célere e preservando-se a segurança jurídica e uniformidade da jurisprudência⁷⁴, perspectiva que se coaduna exatamente os objetivos expostos pela Comissão.

A vinculação ao julgamento da Corte Superior é a garantia de respeito a tais objetivos, tutelando a segurança jurídica e uniformidade da jurisprudência. Ademais, o efeito vinculante tem o poder de embasar as reais expectativas que o jurisdicionado deseja em seu processo. A celeridade, por sua vez, advém da supressão de todo o procedimento cognitivo individualizado da causa, o que não representa prejuízo para qualquer das partes, tendo em vista que o direito material é o mesmo para todas as ações e já foi amplamente analisado pela Corte Superior.

Ainda em relação aos objetivos do modelo, Cabral esclarece que:

o escopo do Procedimento-padrão é estabelecer uma esfera de decisão coletiva de questões comuns a litígios individuais, sem esbarrar nos ataques teóricos e entraves práticos da disciplina das ações coletivas de tipo representativo⁷⁵.

Caponi⁷⁶, por sua vez, afirma que, com o instituto, o legislador objetivou “resolver de modo idêntico e vinculante, seja sobre o perfil fático ou jurídico, uma questão controversa surgida em causas paralelas através de uma decisão modelo remetida ao Tribunal de Apelação”.

⁷⁴ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 135.

⁷⁵ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 132.

⁷⁶ Caponi, Remo. Modelli europei di tutela collettiva nel processo civile: esperienza tedesca e italiana a confronto. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile* (Giuffrè) 4 (2007). p. 1229-1256. Apud: ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 7.

A utilidade do Procedimento-Modelo como inspiração do IRDR, portanto, advém da possibilidade gerada de se tratar de questões comuns a muitos processos, situação em muito recorrente nas ações distribuídas no Poder Judiciário, pacificando-as de maneira única para todas as causas, sem a necessidade de formação de litisconsórcio ou que haja alguma relação entre as partes. Isso permite “resolver problemas de massa sem as contradições e contorcionismos legislativos das demandas coletivas”⁷⁷ de modo célere e uniforme, no modelo hoje em vigor na Alemanha.

⁷⁷ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 145.

2.2. Admissibilidade do IRDR

Inicialmente, importante ressaltar que o IRDR pode sofrer mudanças, tendo em vista que o Projeto do NCPC ainda não fora aprovado⁷⁸.

Da maneira como está prevista no Projeto, o IRDR será normatizado ao longo dos arts. 895 a 906 no NCPC⁷⁹.

Em seu artigo inicial⁸⁰, o instituto cuida da questão da admissibilidade. Segundo o texto, o incidente será admissível quando for identificado no caso em análise uma “controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.”

Objetiva o legislador, portanto, solucionar questões jurídicas comuns a vários cidadãos. O IRDR, tal qual o Procedimento-Modelo alemão, se propõe a tutelar direitos individuais homogêneos, direitos repetidos, consubstanciados em pedidos semelhantes para causas de pedir iguais, entre partes diferentes, também chamados de pretensões isomórficas.⁸¹

Para a fixação da admissibilidade, é preciso analisar a relação jurídica de direito material, aplicando-se de maneira idêntica a solução das causas.

Verifica-se, em uma análise perfunctória, uma preocupação com o controle do judiciário no sentido de preservar a segurança jurídica, evitando-se que, após o ingresso de lides de titularidade de inúmeros cidadãos tratando sobre mesma

⁷⁸ Conferir: Anexo B – PL 8.046/2010.

⁷⁹ Para a análise do IRDR doravante demonstrada, foi utilizado o texto proposto no PLS 166/2010. Anexo A.

⁸⁰ Conferir: Anexo A – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

⁸¹ CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O Regime Processual das Causas Repetitivas. In: DIDIER JUNIOR, Fredie. **Leituras Complementares de Processo Civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2011. Cap. XII, p. 291-315.

questão de direito, o Judiciário apresente soluções distintas.

Tratando-se ainda da questão da admissibilidade, merecem destaque dois pontos.

Primeiramente, importante notar que não há abertura para o cabimento do incidente para questões de fato, apenas questões de direito. Nesse ponto, o Incidente se afasta da KapMuG, que admite o pronunciamento e a fixação do entendimento tanto sobre questão de fato como de direito.

Importante destacar que nem sempre a distinção entre o que é questão de direito e o que é questão de fato é imediata. Não raro, na atividade de cognição judicial, o fato e o direito estão “indissociavelmente imbricados”.⁸²

Logo, neste primeiro ponto, o modelo alemão, ao analisar tanto questão de fato quanto questão de direito, mostra-se mais uniforme que o IRDR, pois evita uma potencial quebra da correlação entre fato e o direito.

Em segundo lugar, levando-se em conta o momento processual que permite a interposição do pedido do IRDR, vê-se uma diferença com o atual modelo de admissibilidade dos Recursos Especiais Repetitivos⁸³. Tal distinção recai sobre um traço preventivo que o IRDR possui e que será mais bem analisado no item 3.2.

Uma vez verificados os requisitos jurídicos objetivos para a possibilidade de instauração do IRDR, importa verificar quem tem legitimidade para pleiteá-lo em Juízo.

Passando para a análise da legitimidade para o pedido de instauração do incidente, tem-se que ela é extraída da redação do art. 895, §1º, do

⁸² CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 132-133.

⁸³ BASTOS, Antonio Adonias A.. A potencialidade de gerar relevante multiplicação de processos como requisito do Incidente de Resolução de Causas Repetitivas no Projeto do novo CPC. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. **O Projeto do Novo Código de Processo Civil: Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha**. Salvador: Juspodivm, 2011. p. 33.

Projeto. Segundo ele, podem suscitar o Incidente o magistrado, as partes, o Ministério Público ou a Defensoria Pública. Há, ainda, a possibilidade de o magistrado agir de ofício.

Em qualquer dos casos, o pedido de instauração do incidente deverá ser instruído com documentos que justifiquem a sua necessidade. É o que prevê o §2º do mesmo art. 895.

Em todas as possibilidades, o pedido deverá ser endereçado ao Presidente do Tribunal. No entanto, a análise acerca de sua admissibilidade bem como a decisão do IRDR caso seja admitido, compete ao Órgão Especial, onde houver, ou ao Tribunal Pleno (art. 933, caput, c/c o art. 45 do NCPC).

Impõe-se ressaltar que o IRDR, sendo mais amplo quanto aos critérios de legitimidade, afasta-se de seu instituto inspirador, Musterverfahren. Como verificado, para o Procedimento-Modelo é vetado ao magistrado agir de ofício. Também se diferencia o IRDR por admitir a instauração do incidente por pedido de órgãos auxiliares da Justiça, o que não encontra paralelo no modelo tedesco.

O art. 895, §3º, do Projeto do NCPC regula a atuação do MP. A interpretação de sua redação leva à conclusão de que caso o MP não seja o titular do pedido de instauração do incidente, ele deverá – caráter obrigatório – intervir no processo e poderá – caráter facultativo – assumir a sua titularidade em caso de desistência ou abandono do titular.

Nesse ponto, tem-se uma aproximação entre o IRDR e o julgamento por amostragem dos recursos especiais repetitivos⁸⁴. Assim como no Incidente, nos casos de julgamento dos recursos especiais repetitivos há a participação obrigatória do MP (art. 543-C, §5º, do CPC).

A intervenção obrigatória do MP e sua legitimidade para pedir a

⁸⁴ Para mais informações sobre julgamento por amostragem de recursos repetitivos ver : DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2009. p. 319.

instauração do IRDR são opções legislativas da Comissão. Ressalte-se que, após a início do processo o MP é também um dos legitimados para interpor recurso (extraordinário ou especial, conforme o caso) contra o acórdão do Tribunal que julgou o IRDR.

Provavelmente, esta participação tão ativa do MP seja uma maneira que os juristas encontraram de conferir maior legitimidade (aceitabilidade) para o julgamento do IRDR, já que a decisão será aplicada a todos os casos semelhantes. Ademais, em certa medida, exercendo a sua função de custos legis, o órgão ministerial pode contribuir com a discussão ampla da questão de direito posta, protegendo os princípios processuais constitucionais como a ampla defesa e o contraditório.

2.3. Procedimentalização à luz do Projeto do Novo CPC

Fixados os requisitos de admissibilidade e pontuados os legitimados para a propositura do pedido de instauração do IRDR, importa analisar o regramento de seu procedimento, trazendo para a análise, quando pertinente, a comparação entre o Incidente, o Musterverfahren e um paralelo com o a Lei de recursos especiais repetitivos (Lei Federal n. 11.672/2008).⁸⁵

Prosseguindo-se no texto do NCPC, o art. 896 prevê a criação de um cadastro eletrônico e de âmbito nacional junto ao CNJ. Cada incidente instaurado deverá ser registrado em um banco eletrônico de dados com as questões de direito suscitadas no Incidente. A alimentação do banco de dados será de responsabilidade dos Tribunais, que comunicarão de imediato o incidente ao CNJ. Este incluirá as debatidas questões de direito no cadastro para que se alcance, como previsto no dispositivo, a mais “ampla e específica divulgação e publicidade”.

A questão referente à publicidade do IRDR é demasiadamente aberta da maneira como prevista atualmente no NCPC. Sua disposição é genérica e baseada em conceitos abertos como “ampla” e “específica”. Melhor seria se os critérios da publicação do registro do Incidente já estivessem fixados na lei, como ocorre na KapMuG.

Em seu §6º, a Lei germânica estabelece que o Tribunal publicará registro da instauração do procedimento, da qual deverão constar: a decisão do juízo de origem, o objetivo do procedimento, bem como a descrição dos líderes das partes envolvidas e seus representantes legais.⁸⁶

Por outro lado, o NCPC prevê apenas a publicidade das questões de

⁸⁵ BRASIL. **Lei de Recursos Repetitivos** - Lei 11672/08 | Lei Nº 11.672, de 8 de maio de 2008.

⁸⁶ CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 136.

direito suscitadas no IRDR, o que não parece ser o bastante para garantir “ampla” e “específica” divulgação e publicidade.

Contudo, essa garantia fica na dependência dos moldes em que este registro eletrônico será formalizado no âmbito do CNJ, talvez com a edição de lei pormenorizando e regularizando mais claramente os critérios do cadastro eletrônico.

Prosseguindo-se com os arts. 897 e 898 do NCPC, o incidente será recebido pela presidência do Tribunal e então distribuído para um desembargador relator. Após a distribuição, o relator poderá requisitar informações ao juízo de primeiro grau onde corre o processo originário.

As informações deverão ser prestadas em um improrrogável prazo de 15 dias, findo o qual deverá pedir pauta para julgamento e intimado o membro do MP.

Mais uma vez, há um estreitamento no processamento do recurso especial repetitivo que também prevê o pedido de informações pelo relator (art. 543-C, §3º do CPC).

O juízo de admissibilidade e o julgamento do incidente deverá ser realizado pelo plenário ou, onde houver, pelo órgão especial. O Tribunal julgará não só com base nos requisitos do art. 895 do NCPC, mas também pela conveniência de adotar a decisão paradigmática (art. 898, §1º, NCPC).

Esta análise de conveniência não está presente no modelo que inspirou o IRDR. No KapMuG o critério de admissibilidade é objetivo. Assim, mesmo que preenchidos os requisitos fixados no art. 895, abre-se a possibilidade de o Tribunal julgar não conveniente a decisão paradigma e recusar a admissibilidade do IRDR.

Novamente, o texto é, por demais, genérico. Uma análise de conveniência pelo Tribunal para instauração pode esvaziar o IRDR de utilidade. Rossoni, ao criticar esse adicional critério subjetivo de conveniência no momento, aduz que o Incidente corre sérios riscos de “tornar-se letra morta ou de rara

utilização, mesmo destino que teve a Uniformização de Jurisprudência”⁸⁷, previsto no CPC, art. 476, que, reiteradamente, não é adotado pelos Tribunais por mera faculdade, o que é contrário à segurança jurídica.

Caso o incidente seja rejeitado, a ação originária retoma seu curso normal. No entanto, satisfeitos os requisitos do art. 895 do NCPC e ultrapassadas as barreiras dos critérios subjetivos para o juízo de conveniência do Tribunal, o Incidente será admitido.

Na oportunidade de conhecimento e admissibilidade do incidente, seguindo a interpretação do caput do art. 899 do NCPC, o Tribunal deverá, na própria sessão, suspender todas as ações pendentes sobre mesma questão de direito, tanto em primeiro quanto em segundo grau. Essa disposição é contrária à explanação constante na Exposição de Motivos.

Durante o período de suspensão dos processos, poderão ser concedidas medidas de urgência afetas ao processo (art. 899, parágrafo único do NCPC).

Uma vez determinada à suspensão dos processos, o NCPC é omissa quanto a, pelo menos, dois pontos.

Primeiro, ele não trata sobre o destino dos processos que estão sendo distribuídos durante o período de tempo entre a admissibilidade e a decisão do IRDR. Essa omissão é ponto que dificulta até mesmo a determinação do limite subjetivo da vinculação do julgado. Afinal, os litígios distribuídos no interregno do julgamento estarão sujeitos à decisão prolatada para o IRDR?

Indo mais adiante, necessário observar que essa omissão também recai sobre a discussão do efeito vinculante da decisão do IRDR, pois, de uma interpretação integrativa do texto e a exposição de motivos, extrai-se que, a estes processos distribuídos no meio tempo, deverá ser aplicada a decisão prolatada para

⁸⁷ ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 9.

o IRDR a eles afetos, independente da participação de suas partes na elaboração da decisão. Essa visão, reforça-se, é interpretativa. Porém, a resposta para a questão deveria estar claramente expressa no NCPC.

Rossoni⁸⁸, por exemplo, dá interpretação oposta para a solução do problema. Segundo ele, trilhando-se literalmente o exposto do NCPC, em especial os arts. 900, 901 e 902, somente as partes e interessados que se manifestaram no julgamento do IRDR e tiveram seus feitos suspensos serão atingidos pelo acórdão do Incidente, pois não há referência expressa quanto à representação ou substituição processual. Logo, o direito em litígio dos processos não suspensos no momento do julgamento não poderão ser atingidos já que o direito a eles pertinente não está em causa.

A segunda omissão diz respeito à possibilidade de uma das partes, ou ambas, não estarem satisfeitas ou com a decisão que inclui sua demanda como representativa do Incidente ou com a decisão que rejeita o pedido para instalação do Incidente. Ao passo que a KapMuG não admite recurso, o NCPC não prevê qual recurso será cabível contra tais decisões e nem diz que a decisão será irrecorrível.

Passando-se para os efeitos do julgamento do IRDR, chega-se ao ponto mais polêmico do modelo e que, sem sombra de dúvidas, merecerá grandes discussões: a vinculação do teor do acórdão para as decisões dos demais juízes e órgãos fraciona do Tribunal. Vários são os pontos que atestam o caráter vinculante do IRDR⁸⁹⁹⁰.

Primeiramente, o §2º do art. 898 do NCPC estatui que, lavrado o

⁸⁸ ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 9.

⁸⁹ ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 9

⁹⁰ ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 47-48.

acórdão da decisão de admissibilidade, seu teor terá força vinculante à decisão de todos os juízes ou órgãos fracionários dentro do âmbito de competência territorial. No mesmo sentido, o art. 903 possui a expressão “tese jurídica” do acórdão e dispõe que ela deverá ser observada a “todos os processos que versem idêntica questão de direito”.⁹¹

Por fim, em caso de desobediência da tese adotada fixada na decisão paradigmática, caberá reclamação para o tribunal competente. Este deverá apreciar a ocorrência, ou não, de desrespeito à autoridade de sua decisão, com base no regimento interno de cada tribunal em questão.

Interessante o teor do art. 900 do NCPC, que objetiva expressamente a segurança jurídica. De acordo com seu texto, podem as partes, os interessados, o Ministério Público ou Defensoria Pública requerer que seja determinada a suspensão de todos os processos em curso no país, sobre a mesma questão objeto do incidente.

Respeitando os princípios processuais constitucionais, tais como a ampla defesa e o contraditório, o art. 900 afirma que devem ser ouvidos todos os interessados na controvérsia, fazendo-se juntar, no prazo de 15 (quinze) dias, os seus documentos ou suas manifestações. A oportunidade de manifestação é ampla, podendo ser ouvido qualquer interessado na controvérsia, seja ele pessoa, órgão ou entidade.

Vencido o prazo do art. 900 do NCPC, o Ministério Público se manifestará sobre o incidente (art. 901). Após a realização de todas as diligências, o relator incluirá na pauta do órgão colegiado, do plenário ou órgão especial conforme o caso, o julgamento do incidente (art. 902).

Na oportunidade do julgamento poderão se manifestar com suas razões, respectivamente, o autor e o réu do processo originário, seguidos pelo Ministério Público, cada qual com 30 (trinta) minutos. Também é reconhecida a

⁹¹ ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 44.

possibilidade de manifestação oral dos demais interessados, no prazo comum de 30 (trinta) minutos.

Embora esteja expressa na Exposição de Motivos a figura do *amicus curiae* para auxiliar a elaboração da decisão paradigmática do Incidente, não há previsão expressa entre os artigos do IRDR ou remissão ao art. 320 do NCPC, que, por sua vez, trata sobre intervenção de terceiros na modalidade do *amicus curiae*.

Toda essa cadeia de procedimentos tem o prazo de 06 (seis) meses para se concluir, conforme reza o art. 904 do NCPC.

Privilegiando o cumprimento temporal fixado, o julgamento do incidente terá preferência sobre os demais processos à exceção daqueles que sejam afetos à liberdade individual, leia-se habeas corpus e processos com réus presos.

Esta mesma previsão é observada no processamento dos recursos especiais repetitivos que, por força do art. 543-C, §6º, do CPC, também têm preferência na pauta de julgamento.

Caso ao final de seis meses o incidente não tenha sido julgado, como regra, a eficácia da suspensão dos processos cessará. No entanto, poderá haver prorrogação de tal prazo mediante fundamentada decisão do relator. Uma vez renovado o prazo para julgamento, os feitos serão novamente suspensos, cabendo a reclamação das partes nos moldes do art. 900.

O art. 905 do NCPC prevê que, concluído o julgamento, quaisquer das partes, o MP ou ainda qualquer interessado poderá interpor recurso especial ou recurso extraordinário contra o acórdão do Tribunal para o IRDR. Nesta questão, a interposição de recurso contraria a regra geral em dois pontos.

Em primeiro lugar, contraria a regra geral, pois os recursos interpostos serão sempre dotados de efeito suspensivo, por força de uma abstração imposta pela própria norma que afirma por uma presunção da repercussão geral da questão constitucional eventualmente discutida.

Em segundo lugar, novamente fugindo à regra geral, o recurso interposto não estará sujeito ao juízo de admissibilidade na origem, sendo remetido diretamente para o tribunal competente o recurso interposto que apreciará seu mérito e admissibilidade.

Esse, portanto, é o procedimento do IRDR estabelecido no NCPC. Embora suscetível a eventuais e pontuais críticas, o modelo se revela de grande valia para o ordenamento processual brasileiro, pois é capaz de cumprir com os objetivos estabelecidos de promoção da celeridade e da segurança jurídica.

2.4. Críticas ao modelo

O IRDR é um modelo que, se aprovado, poderá representar uma verdadeira evolução dentro do ordenamento processual brasileiro, tendo em vista que toda a sua dinâmica e ideologia quebram com a clássica perspectiva individualista do processo. Nessa medida, contudo, é natural que surjam várias críticas e oposições ao modelo.

No entanto, em linhas gerais, o projeto revela-se adequado às necessidades do Brasil e apto a cumprir com a sua missão estabelecida pela Comissão, acelerando a prestação jurisdicional ao mesmo tempo em que reforça a segurança jurídica.

Para tanto, revela-se necessária apenas uma maior discussão sobre alguns pontos específicos que precisam de melhores esclarecimentos, até mesmo para que o IRDR logre sucesso em seus objetivos, seja bem aceito pela doutrina, utilizado nos tribunais e legitimado pela sociedade. Com efeito, cuida-se de um necessário processo de ganho de maturidade, intrínseco a qualquer instituto que represente tamanha novidade.

Nesse sentido, e, baseando-se nos estudos para a elaboração do trabalho, algumas pontuais críticas foram levantadas. As apreciações que serão elencadas não têm o condão de macular o IRDR. Elas representam apenas reflexões de possíveis futuros problemas que merecem ser o quanto antes esclarecidos para que o Incidente seja aperfeiçoado e funcione plenamente.

Por transbordar aos objetivos propostos, as críticas aqui serão apenas lançadas, de forma sintética e sem a pretensão de resposta imediata, sendo mais bem analisadas em momento futuro neste trabalho.

1. Efeito vinculante. Indubitavelmente, este ponto é o que irá gerar as maiores e mais fervorosas discussões.⁹² A análise do NCPC como um todo bem como o

⁹² ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <<http://usp->

estudo dos artigos pertinentes ao IRDR não deixam dúvida que a decisão prolatada para o Incidente tem força vinculante. Este efeito merece atenção até mesmo quanto sua constitucionalidade. Afinal, se as decisões do próprio STJ, constitucionalmente encarregado pela uniformização da jurisprudência, em sede de recurso repetitivo, não possuem tal poder de vinculação, o que embasaria a força vinculante de acórdãos proferidos por Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça? Não é demais lembrar que a própria súmula vinculante do STF foi alvo de duras críticas mesmo tendo sido aprovada mediante Emenda Constitucional. Dessa feita, haveria a necessidade de nova Emenda para a plena eficácia do IRDR?

2. Questões de direito.⁹³ O IRDR se afasta da KapMuG ao permitir a fixação somente sobre questões de direito, não admitindo a pronúncia sobre questões de fato. Seria oportuna a fixação para apenas teses jurídicas? Oportuno lembrar, com a devida cautela, que em muitos dos casos a separação entre questões de fato e de direito não é clara. Ademais, tratando-se das questões de direito individuais e repetitivas que o IRDR pretende solucionar, afirmar que elas podem ser dissociadas por completo dos fatos transmite uma visão maniqueísta.⁹⁴
3. Conveniência. Ainda que satisfeitos os requisitos do art. 895 do NCPD, deve ser também ultrapassado um juízo de conveniência do Tribunal para a instauração do IRDR. Trata-se de um critério amplamente subjetivo e que, como pontuado no item 2.3, pode dar espaço à inviabilidade do Incidente. Sobremaneira por se tratar de um instituto de cunho tão inovador. Não seria melhor a instalação do IRDR com base somente em critérios objetivos, tal qual a KapMuG e Musterverfahren?

br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011. Seção 9

⁹³ ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 38.

⁹⁴ ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 38.

4. Custas processuais. O Projeto do NCPC não prevê como será a distribuição dos ônus econômicos.
5. Amicus curiae. Embora esteja previsto a sua intervenção no julgamento do IRDR, não há regulamentação expressa sobre o momento processual em que isso se dará e de que forma será processada a intervenção.
6. Representatividade⁹⁵. Da maneira como está discriminado no NCPC, a participação de terceiros interessados no Incidente se limita à oportunidade de apresentar documentos (art. 901 do NCPC) e dividir 30 (trinta) minutos da sustentação oral com todos os demais interessados. Cuidando-se de questões de direito repetitivas, despidendo se falar da importância da representatividade adequada, pois, tal como está no NCPC, a parte que primeiro fizer o pedido de instauração do IRDR acaba tendo prerrogativas processuais que não atingem os demais, ainda que estes sejam mais capacitados para o debate e defesa do direito de uma das partes. Essa possibilidade é contrária ao caráter de julgamentos com eficácia ultra partes, como o IRDR se propõe a ser, pois abre a possibilidade de falhas no julgamento que podem acarretar danos à uma coletividade, mesmo que estranhas ao processo. A falta de representatividade adequada abre a possibilidade de transformar o instituto em um disseminador de injustiça, pois pode acabar por favorecer grandes empresas ou a própria Fazenda Pública, litigantes habituais⁹⁶, notadamente os maiores litigantes da Justiça, tendo em vista que estão mais habituados e aparelhados para os trâmites jurídicos e, com isso, é esperada uma melhor defesa de seus interesses.

⁹⁵ ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011. p. 40.

⁹⁶ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. p. 25.

3. EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO IRDR

3.1. Adequação do diploma processual à realidade

O atual panorama da sociedade revela uma dinâmica de coletivização de direitos, uma realidade denominada Sociedade de Massa.

O fenômeno é recente, inevitável e irreversível, pois decorre diretamente de uma evolução social e econômica da população, que vem padronizando os seus hábitos de comportamento e de consumo.⁹⁷

No entanto, colateralmente, a massificação da sociedade também tem gerado problemas no âmbito do Poder Judiciário devido à grande multiplicação de litígios que o sistema permite individualizar. Ante a observação deste problema, a coletivização dos direitos, nos últimos anos, ganha, cada vez mais, a atenção da doutrina.

Para cada relação jurídica padronizada em um indivíduo, há um potencial processo jurídico que, repetido em outros milhares de cidadãos em condição idêntica ou similar, geram essa massificação. Questões de direito individual homogêneo, hoje, configuram empecilho à entrega de acesso digno e livre à Justiça, já que o Judiciário não consegue solucionar os litígios em tempo razoável nem de maneira isonômica, o que, na realidade, representa negativa de justiça⁹⁸.

O IRDR, como examinado, configura uma possível solução para o problema, pois atuará no campo da celeridade, e, principalmente, na promoção do

⁹⁷ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 20.

⁹⁸ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. p. 9-14.

princípio constitucional da isonomia viabilizando, assim, a defesa da segurança jurídica.⁹⁹

Para o pleno esclarecimento do grau de adequação do IRDR para a atual realidade social, é necessário que se faça, inicialmente, uma conceituação da sociedade de massa.

Para tanto, uma definição bastante difundida é a encontrada na obra do Norberto Bobbio¹⁰⁰, que a define sobre vários aspectos:

Sob o ponto de vista descritivo, a Sociedade de massa pode ser definida como uma sociedade em que a grande maioria da população se acha envolvida, seguindo modelos de comportamento generalizados, na produção em larga escala, na distribuição e no consumo dos bens e serviços, tomando igualmente parte na vida política, mediante padrões generalizados de participação, e na vida cultural, através do uso dos meios de comunicação de massa.

A Sociedade de massa surge num estágio avançado do processo de modernização: quer quanto ao desenvolvimento econômico, com a concentração da indústria na produção de bens de massa e o emergir de um setor terciário cada vez mais imponente; quer quanto à urbanização, com a concentração da maior parte da população e das instituições e atividades sociais mais importantes nas grandes cidades e nas megalópoles; quer quanto à burocratização, com o predomínio da racionalidade formal sobre a substancial e com a progressiva redução das margens da iniciativa individual. Este conjunto de condições define o tipo e estilo que prevalecem nas relações sociais de uma Sociedade de massa. Tendem a perder peso sucessivamente os vínculos naturais, como os da família e da comunidade local, prejudicados pelas organizações formais e pelas relações intermediadas pelos meios de comunicação de massa: daí o notável crescimento das relações mútuas entre sujeitos às vezes sumamente distantes entre si e, ao mesmo tempo, o empobrecimento e a despersonalização dessas interrelações, que envolvem apenas aspectos parciais e limitados da personalidade dos indivíduos.

Na complexidade da sua estrutura, a Sociedade de massa é um fenômeno recente, do nosso século; mas, ao mesmo tempo, ela é resultado de um longo processo de modernização, que pressupõe um progressivo envolvimento

⁹⁹ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

¹⁰⁰ ORTEGATI, Cassio. Sociedade de massa. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfrancesco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmem C. Varriale et. al.. Volume 02. 13 ed. Brasília, UnB, 2007. p. 1211-1215.

social, político e cultural das grandes massas da população.
(grifou-se)

Zavascki afirma que o legislador brasileiro, dentre os dos países da civil law, foi o que protagonizou “de modo mais profundo e mais rico” a “revolução” mencionada por Cappelletti e Garth, em prol da criação de instrumentos de tutela coletiva.¹⁰¹

Porém, pondera o autor que, quando se trata da tutela dos direitos individuais homogêneos, os modos e os instrumentos de sua tutela são apenas acidentalmente coletivos.¹⁰²

Isso porque, na essência, os direitos individuais homogêneos nada mais são do que direitos subjetivos individuais que possuem uma origem comum. Por consequência, eles são divisíveis, suscetíveis de renúncia, em regra admitem a transação e, mais importante: ordinariamente, são defendidos em juízo pelo seu próprio titular, sendo a defesa por terceiro em forma de representação e apenas sob o regime de substituição processual mediante autorização judicial.¹⁰³

Com efeito, “os modos e instrumentos para tutelar coletivamente os direitos subjetivos individuais” são as ações civis coletivas, não sendo aptas as suas defesas por meio de ações civis públicas ou ação popular.¹⁰⁴

No entanto, até pelas dificuldades e abstrações já levantadas no item 2.1, os direitos individuais homogêneos, em regra, não são tutelados coletivamente.¹⁰⁵

¹⁰¹ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 20.

¹⁰² ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 47.

¹⁰³ MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 56.

¹⁰⁴ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 49.

No que se refere aos direitos individuais homogêneos, para os fins aqui pretendidos, é importante chamar a atenção para dois pontos, destacados por Mazzilli¹⁰⁶ e Zavascki¹⁰⁷.

Inicialmente, o termo homogêneo não pode alterar ou desvirtuar o caráter do que se pretende referir. A homogeneidade se refere tão somente a uma identidade de conjunto de direitos semelhantes, ligados subjetivamente a uma relação de afinidade. Pressupõe, portanto, uma pluralidade de titulares e, mais, importante, uma pluralidade de direitos materiais. Caso o tratamento seja o da tutela coletiva, esta se formará com abstração de coletivização meramente processual, ou, como ensina Zavascki: Quando se fala, pois, em “defesa coletiva” [...] de direitos homogêneos, o que se está qualificando como coletivo não é o direito material tutelado, mas sim o modo de tutelá-lo, o instrumento de sua defesa.¹⁰⁸

Em segundo lugar, mas não menos importante, é preciso analisar os efeitos e desdobramentos dos direitos individuais homogêneos sob o aspecto de serem divisíveis. Importa esclarecer que o fato desses direitos serem divisíveis implica que, inobstante a sua homogeneidade, eles “podem ser satisfeitos ou lesados em forma diferenciada e individualizada, satisfazendo ou lesando um ou alguns sem afetar os demais”¹⁰⁹

Portanto, deve-se ater para o fato de que: (1) a tutela de tais direitos individuais homogêneos se dá ordinariamente de maneira individualizada, (2) que a homogeneidade se refere a uma pluralidade de direitos materiais, (3) que o traço de

¹⁰⁵ CABRAL, Antônio do Passo. **O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão**: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011. p. 145.

¹⁰⁶ MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. P. 53-57.

¹⁰⁷ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 49.

¹⁰⁸ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 49.

¹⁰⁹ ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011. p. 49.

divisibilidade permite uma forma diferenciada e independente de satisfação ou lesão a cada um dos titulares destes direitos e que, finalmente, (4) que a grande maioria da população se acha envolvida, seguindo modelos de comportamento generalizados, na produção em larga escala, na distribuição e no consumo dos bens e serviços etc., pode-se concluir que todo este arcabouço gera uma multiplicação imensa de processos individuais que tratam de questões extremamente repetidas ou que guardam entre si traços em vários pontos semelhantes.

Para cada titular de um direito individual homogêneo há a possibilidade de ingresso de uma ação e, com ela, toda uma fase de conhecimento, especificação de provas, sentença e abertura para interposição de recursos para, ao fim, se decidir sobre o mesmo direito material, de outro titular autônomo, mas que se encontra em situação idêntica ou similar.

O modelo processual do Código Buzaid, como visto no item 2.1, é individualista, não é instrumentalizado para lidar devidamente com questões coletivas. Consequentemente, toda a máquina judiciária é obrigada a trabalhar inúmeras vezes, repetindo-se todo ciclo do parágrafo anterior, para que se possa decidir sobre o mesmo direito material.

Essa dinâmica abarrotada e sufoca a Justiça, prejudica a celeridade, impõe obstáculos ao acesso pleno à jurisdição. Infelizmente, ainda assim, não há garantia que todos aqueles que possuem o mesmo direito serão tratados de maneira uniforme, pois a segurança jurídica vem sendo desrespeitada.

Interessante lembrar que no Brasil já houve um movimento para a elaboração de um código de processo civil coletivo. Sob a liderança principal dos MPs estaduais e federal, elaborou-se o Anteprojeto do Código brasileiro de Processo Coletivo (PL 5139/2009). Porém, o projeto foi rejeitado pelo parecer legislativo vencedor elaborado pelo Deputado José Carlos Aleluia (DEM – BA) na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, rejeitando-o no mérito.¹¹⁰

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432485>>. Acesso: 12.out.2011.

Dentro desse contexto, o IRDR parece ser adequado à realidade brasileira, apto para quebrar com a clássica perspectiva individualista do processo, e capaz de cumprir com o seu intuito de acelerar a prestação jurisdicional ao mesmo tempo em que reforça a segurança jurídica.

3.2. O IRDR e seu caráter preventivo

Neste ponto, há uma confrontação, em breves linhas, entre o IRDR e o Recurso Especial Repetitivo. A comparação se refere tão somente ao caráter preventivo dos dois modelos. Por prevenção, aqui, entenda-se a habilidade que cada instituto processual possui de impedir a multiplicação de processos e/ou recursos.

O recurso excepcional repetitivo tem admissibilidade quando já há a efetiva verificação da repetição dos recursos, ao passo que, no incidente, basta um mero potencial para gerar uma multiplicação (art. 895 do Projeto do NCPC). Ou seja, não se exige a real ocorrência da massificação de situação jurídica semelhante.

É a lição de Bastos:

Importa destacar uma diferença entre os recursos excepcionais repetitivos e o incidente de resolução de casos massificados: é que os primeiros têm cabimento ante a efetiva verificação da repetição, ao passo que o último pressupõe apenas a identificação de controvérsia com o potencial para gerar relevante multiplicação de processos, isto é, não se exige a real ocorrência da massificação, mas a sua mera possibilidade. Enquanto aqueles pressupõem o ato, o ser, o acontecimento real; o último está no plano da potência, no campo do que talvez aconteça, do que pode vir a ser.¹¹¹

Em razão disso, o IRDR demonstra um caráter preventivo mais apurado que o recurso repetitivo. Isso porque a prevenção até então adotada no país é tardia. Ela ocorre somente após o abarrotamento dos tribunais com milhares de recursos. Prevenção, pela própria concepção da palavra, é um “conjunto de

¹¹¹ BASTOS, Antonio Adonias A.. A potencialidade de gerar relevante multiplicação de processos como requisito do Incidente de Resolução de Causas Repetitivas no Projeto do novo CPC. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. **O Projeto do Novo Código de Processo Civil**: Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha. Salvador: Juspodivm, 2011. p. 35.

medidas ou preparação antecipada”.¹¹²

O caráter preventivo do recurso especial é limitado à instância especial, porque evita a remessa de causas idênticas para o STJ. Nesse passo, apesar de a prevenção existir, ela é limitada à uma instância específica, protegendo e aprimorando somente a jurisdição do STJ.

Tem-se, portanto, a possibilidade de um modelo mais eficaz no que tange a prevenção da multiplicação de processos. Embora os Recursos Repetitivos também guardem tal caráter de prevenção, ele atua somente quando sedimentado e verificado a repetição de demandas tratando da mesma matéria. O IRDR, por sua vez, não exige a real ocorrência da massificação e sim uma mera possibilidade do fato ocorrer ante as questões de direito apresentadas.

Portanto, o IRDR, também neste ponto, se revela mais criterioso e sensato para solucionar o problema da letargia jurisdicional e do volume de causas em tramitação no Poder Judiciário, antes que o problema de multiplicação de demandas se instaure, poupando o funcionamento de toda a instância de primeiro grau para decidir causas idênticas.

¹¹² Dicionário Houaiss. Disponível em: <http://dicionario.debiasi.com.br/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame?palavra=preven%E7%E3o>. Acesso: 4. Out.2011

3.3. Promoção de maior coesão entre o processo e o direito material

Bedaque sustenta que:

os aspectos fundamentais do direito processual são concebidos à luz da relação jurídica material. As questões maiores do processo são solucionadas com dados inerentes à relação da vida e ao direito substancial que a regula.¹¹³

Assevera o referido autor que, durante toda a fase da construção científica do direito do processo, na necessidade de afirmação de sua independência e autonomia, deu-se demasiada carga de importância para a técnica. Chegou-se ao ponto de conceber-se o processo pelo próprio processo, o instrumento pelo próprio instrumento, sem a devida preocupação com os seus objetivos, externos ao processo, de concretização do direito material.¹¹⁴

Como anteriormente exposto, o CPC brasileiro reflete tais ultrapassadas premissas, com suas normas objetivando tão-somente os conflitos que envolvem direitos individuais e evitadas de excessivo apego à técnica. Nesta medida, não são mais adequadas de modo satisfatório à regulamentação dos processos hodiernos.

Muitos dos problemas hoje latentes no Poder Judiciário e, em grande parte, responsáveis pela sua instaurada crise surgem do indevido distanciamento entre o direito material e o direito processual. Defende Bedaque que, para que sejam resolvidos, deve-se tomar consciência de que os institutos processuais são concebidos à luz do direito material. Logo, o sistema pede uma relativização do binômio direito material-direito processual.¹¹⁵

¹¹³ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 15.

¹¹⁴ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 15.

¹¹⁵ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 16

No entanto, não é esse entendimento que se apresenta no plano fático. Com a realidade de uma sociedade massificada, com situações jurídicas homogêneas e conflitos isomórficos, o que se verifica é uma imprevisibilidade e uma demora na prolação das decisões judiciais.

O ordenamento processual, tal como está em vigor, não tutela adequadamente o direito material, pois lhe faltam instrumentos que permitam, dentro dos limites de uma razoável duração do processo, deixar de analisar pormenorizadamente cada lide em separado.

Na tutela dos direitos individuais homogêneos, como se verificou, trata-se de direitos materiais autônomos. São vários titulares de um direito material idêntico ou bastante similar que batem à porta do Judiciário buscando a mesma tutela jurisdicional.

O magistrado, limitado pela legislação que lhe oferece poucos instrumentos processuais para lidar com a coletivização de direitos, mesmo percebendo a reiteração das causas que lhe são distribuídas, é obrigado a percorrer todos os trâmites processuais, por pura formalidade, ainda que mediante “despachos/decisões carimbo”, até que se chegue à sentença cujo teor o juiz já dispunha no início do processo.

As medidas até então tomadas pelo legislador para se evitar essa prática consubstanciam-se em negativa de acesso a justiça, tendo em vista que, ao contrário do que se espera, não raro, colocam-se em patamar superior as normas processuais em detrimento do direito material. Exemplo de tal prática é encontrado na normatização do recurso especial no âmbito do STJ e da repercussão geral na competência do STF.

Para diminuir o volume da pauta dos tribunais superiores, elaboraram-se o que a doutrina vem denominando de “jurisprudência defensiva”. Por meio de tal mecanismo, os tribunais superiores adotam reiterados entendimentos restritivos de admissibilidade, valorizando sobremaneira aspectos formais visando diminuir a quantidade de causas a serem julgadas e, assim, evitar o conhecimento dos recursos que lhe são dirigidos. Percebe-se que o direito material, nestes casos,

seu é analisado. Não há, portanto, prestação jurisdicional.

O IRDR, por outro lado, mostra-se muito alinhado às necessidades do Poder Judiciário, permitindo a racionalização do seu trabalho de forma legítima, respeitando as garantias constitucionais e promovendo maior celeridade e previsibilidade na produção jurídica. Logo, o Incidente pode revelar-se como uma solução efetiva para a diminuição da crise jurisdicional.

3.4. Harmonização entre a CF/88 e o IRDR

3.4.1. Princípio da Igualdade

Pelo exposto até agora, tem-se que, pelos esforços dos movimentos reformadores do diploma processual civil, pelos desdobramentos da promulgações tanto da CF/88 bem como da EC/45, o principal objetivo associado à resolução da crise do Judiciário foi a promoção de uma Justiça célere e tempestiva. Buscou-se, especialmente, o encurtamento da duração dos processos.

No entanto, durante todo este movimento de busca de melhorias do Poder Judiciário, pouco se falou sobre o princípio constitucional da isonomia, também denominado de princípio da igualdade.

Celso Antônio Bandeira de Melo chama a atenção para o fato de o princípio da igualdade possuir escasso espaço na doutrina nacional¹¹⁶.

Contudo, o princípio informa os próprios fundamentos do Estado brasileiro. A CF/88 prevê a proteção de tal princípio tanto em seu preâmbulo como também em seu art. 5º, caput.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifou-se)

Paulo Bonavides é categórico ao cuidar do princípio da igualdade como pilar essencial ao próprio conceito de Estado Democrático de Direito.

O centro medular do Estado Social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade. Com efeito, materializa ele a liberdade da herança clássica. Com esta

¹¹⁶ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 10-14.

compõe um eixo ao redor do qual gira toda a concepção estrutural do Estado democrático contemporâneo.

De todos os direitos fundamentais a igualdade é aquele que mais tem subido de importância do Direito Constitucional de nossos dias, sendo, como não poderia deixar de ser, o direito-chave, o direito-guardião do Estado social.¹¹⁷

Prosseguindo em suas lições, o referido constitucionalista conclui afirmando que: O Estado social é enfim Estado produtor de igualdade fática. Trata-se de conceito que deve iluminar sempre toda a hermenêutica constitucional, em se tratando de estabelecer equivalência de direitos.

Celso Antônio Bandeira de Mello, em obra integralmente dedicada aos estudos do princípio da igualdade, defende que o fundado princípio interdita tratamento desuniforme às pessoas.¹¹⁸

Segundo os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello, a isonomia deve ser pautada como forma de defesa do jurisdicionado, apresentando seu modo de operação em duas vertentes:

A igualdade é princípio que visa a duplo objetivo, a saber: de um lado propiciar garantia individual (não é sem razão que se acha insculpido em artigo subordinado à rubrica constitucional “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”) contra perseguições e, de outro, tolher favoritismos.¹¹⁹

Ao tratar da aplicação do princípio da igualdade, o publicista alerta para o perigo de que uma interpretação descuidada e rasa pode imputar ao trabalhado princípio a ideia de defesa de um tratamento igual para todos, sem que haja uma ponderação nas condições específicas do caso.¹²⁰

¹¹⁷ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 376.

¹¹⁸ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 12.

¹¹⁹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 23.

¹²⁰ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 38-40.

Inicialmente, ele trabalha o conceito de isonomia formal. Este tipo de igualdade se refere ao corpo normativo, pelo qual a lei deve tratar e ser aplicada a todos da mesma maneira. Nesse escopo, afirma o autor: dúvida não padece que, ao se cumprir uma lei, todos os abrangidos por ela hão de receber tratamento parificado, sendo certo, ainda, que ao próprio ditame legal é interdito deferir disciplinas diversas para situações equivalentes.¹²¹

No entanto, a interpretação do princípio da isonomia deve extrapolar tal ponto. O autor, então, retoma o conteúdo da imortal máxima atribuída a Aristóteles¹²² e defende a igualdade fática:

Fica sublinhado que não basta a exigência de pressupostos fáticos diversos para que a lei distinga situações sem ofensa à isonomia. Também não é suficiente o poder-se argüir fundamento racional, pois não é qualquer fundamento lógico que autoriza desequiparar, mas tão-só aquele que se orienta na linha de interesses prestigiada na ordenação jurídica máxima. Fora daí ocorrerá incompatibilidade com o preceito igualitário.¹²³

O princípio da igualdade, apesar de toda sua importância, tem sido mitigado no contexto da sociedade de massa.

Antonio Bastos, tratando sobre a problematização da sociedade de massa e o princípio da igualdade, afirma que os atuais moldes sociais descritos têm um potencial de gerar situações jurídicas homogêneas e conflitos isomórficos. Nesse sentido, o legislador e os tribunais devem dedicar suas atenções ao julgamento das demandas repetitivas e às suas peculiaridades, buscando sempre combater a imprevisibilidade das decisões judiciais.¹²⁴

¹²¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 10.

¹²² Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades.

¹²³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 43.

¹²⁴ BASTOS, Antonio Adonias A.. A potencialidade de gerar relevante multiplicação de processos como requisito do Incidente de Resolução de Causas Repetitivas no Projeto do novo CPC. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. **O Projeto do Novo Código de Processo**

Aprofundando mais sobre o tema, em especial a imprevisibilidade das respostas do judiciário, André Garcia, ensina que “a massificação da sociedade atual e, conseqüentemente, o surgimento de novos conflitos, potencializou essa instabilidade e insegurança”. Segundo o magistério do autor, “A prática ‘lotérica’ da jurisprudência brasileira é causa que contribui para o descrédito do Judiciário e de todos que nele atuam.”¹²⁵ E conclui defendendo a aproximação das funções dos juízes do common law e civil law¹²⁶, ao argumento que o magistrado da atualidade não pode mais ser um servo do Poder Legislativo, devendo interpretar a lei para buscar ao máximo a segurança jurídica e a dar previsibilidade à jurisdição aos cidadãos.

De toda sorte, verifica-se que essa instável dinâmica entre a promoção do princípio da igualdade dentro de um contexto de massificação de direitos é fator de desgaste da imagem do Poder Judiciário, que acaba por perder credibilidade ante a incerteza de suas decisões.

Em última análise, também é afetada a segurança jurídica. André Garcia encerra o tema postulando que a segurança jurídica, enquanto direito fundamental ligado à noção de dignidade da pessoa humana, é valor inestimável ao Estado de Direito. O sistema judiciário deve gozar de estabilidade e previsibilidade para que protejam e justifiquem a confiança da população na ordem jurídica.¹²⁷

É necessário que, além da importante e tão almejada celeridade, busque-se, também, a isonomia das decisões prolatadas pela Justiça. Nos disseres

Civil: Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha. Salvador: Juspodivm, 2011. p. 21-39.

¹²⁵ GARCIA, André Luis Bitar de Lima. A Ausência de um Sistema de Precedentes no NCPC: Uma Oportunidade Perdida. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. **O Projeto do Novo Código de Processo Civil:** Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha. Salvador: Juspodivm, 2011. p. 13-20.

¹²⁶ Nesse sentido, defendendo a aproximação dos sistemas da *common law* e *civil law*, ver CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?**. Porto Alegre: Fabris, 1999. 134 p.

¹²⁷ GARCIA, André Luis Bitar de Lima. A Ausência de um Sistema de Precedentes no NCPC: Uma Oportunidade Perdida. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. **O Projeto do Novo Código de Processo Civil:** Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha. Salvador: Juspodivm, 2011. p. 13-20.

de Luiz Fux, “se as pessoas são iguais perante a lei, elas têm que ser iguais perante a Justiça”.

O IRDR, neste passo, inova no ordenamento processual brasileiro e aponta como um instrumento protetor da isonomia dos jurisdicionados. Após a prolação da decisão paradigmática no julgamento do Incidente, tem-se a garantia que, ao menos para os pontos fixados, todos que se encontram em iguais condições de direito material serão tratados de maneira paritária. Ademais, em caso de desrespeito, há a possibilidade de interposição de reclamação o que fortalece, também, a segurança jurídica.

3.4.2. Segurança Jurídica

Segundo José Afonso da Silva, a segurança jurídica consiste no “conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida” (grifou-se).¹²⁸

Gilmar Mendes, por sua vez, assevera que a segurança jurídica é um subprincípio do Estado de Direito e que possui papel diferenciado na concretização da justiça material.¹²⁹

A comissão expõe uma grande preocupação com a segurança jurídica, pois sua falta contribui enormemente para o descrédito do Poder Judiciário. A dispersão da jurisprudência fragmenta o sistema, gera intranquilidade e acarreta verdadeira perplexidade na sociedade.

As palavras presentes da Exposição de Motivos bem sintetizam a questão:

O novo Código prestigia o princípio da segurança jurídica, obviamente de índole constitucional, pois que se hospeda nas dobras do Estado Democrático de Direito e visa a proteger e a preservar as justas expectativas das pessoas.

Todas as normas jurídicas devem tender a dar efetividade às garantias constitucionais, tornando “segura” a vida dos jurisdicionados, de modo a que estes sejam poupados de “surpresas”, podendo sempre prever, em alto grau, as consequências jurídicas de sua conduta.

Se, por um lado, o princípio do livre convencimento motivado é garantia de julgamentos independentes e justos, e neste sentido mereceu ser prestigiado pelo novo Código, por outro, compreendido em seu mais estendido alcance, acaba por conduzir a distorções do princípio da legalidade e à própria ideia, antes mencionada, de Estado Democrático de Direito. A dispersão excessiva da jurisprudência produz intranquilidade social e descrédito do Poder

¹²⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 433

¹²⁹ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 486-489.

Judiciário.

Se todos têm que agir em conformidade com a lei, ter-se-ia, ipso facto, respeitada a isonomia. Essa relação de causalidade, todavia, fica comprometida como decorrência do desvirtuamento da liberdade que tem o juiz de decidir com base em seu entendimento sobre o sentido real da norma.¹³⁰

O que André Garcia denominou como prática “lotérica” da jurisprudência brasileira deve ser eliminada para que o Poder Judiciário retome sua credibilidade.¹³¹ Nesse intuito, o IRDR, como pretendido pela Comissão, pode se revelar um instrumento capaz de evitar a dispersão excessiva da jurisprudência.

A importância do princípio, retomando o conceito de José Afonso da Silva, reside na previsibilidade que a segurança jurídica confere ao sistema. Com base em tal característica, o jurisdicionado não cria falsas expectativas acerca do possível resultado de sua demanda. Sem falsas expectativas, há uma redução de provável frustração para com o Poder Judiciário e, conseqüentemente, um aumento de sua credibilidade.

A prática jurisdicional brasileira e os atuais instrumentos processuais que buscam uma uniformidade na jurisprudência sempre encontram na interpretação extremada do princípio do livre convencimento do magistrado uma barreira intransponível.

O princípio do livre convencimento do juiz é garantia de sua liberdade e independência. Porém, caso eivado de uma interpretação polarizada, o princípio conduz a arbítrios que ofendem o princípio da legalidade e a própria noção de Estado Democrático de Direito.

¹³⁰ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

¹³¹ GARCIA, André Luis Bitar de Lima. A Ausência de um Sistema de Precedentes no NCPC: Uma Oportunidade Perdida. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. **O Projeto do Novo Código de Processo Civil**: Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha. Salvador: Juspodivm, 2011. p. 13-20.

Com efeito, a preocupação com a segurança jurídica não é um fenômeno moderno:

A preocupação com essa possibilidade não é recente. ALFREDO BUZAID já aludia a ela, advertindo que há uma grande diferença entre as decisões adaptadas ao contexto histórico em que proferidas e aquelas que prestigiam interpretações contraditórias da mesma disposição legal, apesar de iguais as situações concretas em que proferidas. Nesse sentido:

“Na verdade, não repugna ao jurista que os tribunais, num louvável esforço de adaptação, sujeitem a mesma regra a entendimento diverso, desde que se alterem as condições econômicas, políticas e sociais; mas repugna-lhe que sobre a mesma regra jurídica dêem os tribunais interpretação diversa e até contraditória, quando as condições em que ela foi editada continuam as mesmas. O dissídio resultante de tal exegese debilita a autoridade do Poder Judiciário, ao mesmo passo que causa profunda decepção às partes que postulam perante os tribunais.”¹³²

Portanto, o IRDR parece vir em momento oportuno, pois se presta a aperfeiçoar também essa mácula que tanto é prejudicial à imagem da Justiça, qual seja, a mitigação da segurança jurídica e da previsibilidade dos julgados em nome do princípio do livre convencimento do magistrado.

¹³² Uniformização de Jurisprudência. **Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul**, 34/139, jul. 1985. Apud: BRASIL. Exposição de Motivos. Projeto do NCPC. Senado Federal.

3.4.3.Celeridade

Cappelletti e Garth, tratando sobre os obstáculos que impedem o pleno acesso à Justiça, descrevem como sendo uma das principais causas que inviabiliza a jurisdição efetiva o fator tempo. Para eles, justiça tardia é sinônimo de justiça negada.¹³³

A obra dos mesmos autores eleva o acesso à Justiça ao patamar de Direitos Humanos. O cuidado com a tempestividade da justiça pode ser verificada em instrumentos estrangeiros como, por exemplo, o art. 111 da Constituição da Itália estando presente também na Convenção Européia.¹³⁴

O problema da duração razoável do processo foi (e ainda o é) objeto de discussão em nível internacional. Prova de tal preocupação dos líderes dos Estados foi materializada pelos signatários do Pacto de San José da Costa Rica, dentre eles o Brasil, que houveram por bem afirmar o valor do Poder Judiciário acessível e célere.

O referido Tratado, em seu art. 8º, 1, assentou que “toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente” (grifou-se), o que atesta um status de Direito Fundamental a garantia da tutela jurisdicional tempestiva.

Anos depois da internalização da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por meio da promulgação da EC/45, o Brasil efetivou uma série de mudanças substanciais na Justiça, ao que se intitulou de Reforma do Judiciário. O grande objetivo da reforma foi a celeridade, hoje expressamente insculpido como garantia fundamental no art. 5º, inc. LXXVIII da CF/88.

¹³³ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. p. 9-14.

¹³⁴ BRASIL. Exposição de Motivos do Projeto do NCPC.

O IRDR, somente pela simples economia de esforços de toda a justiça por não ter que enfrentar inúmeras vezes a mesma questão de direito, afigura-se como instrumento que já justifica sua aptidão de promover a celeridade. No entanto, ele parece ir além, pois fixa entendimento sobre controvérsia que previne a multiplicação de processos, tornando a prestação jurisdicional mais fluida.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por proposta analisar o Projeto do NCPC, estudando-se as suas bases teóricas e as justificativas que levaram à nova codificação.

Inicialmente, o objetivo foi tentar levantar os problemas que impedem uma melhor prestação jurisdicional e as suas principais causas.

Em um segundo momento, buscou-se analisar a crise do Poder Judiciário e os instrumentos que o Projeto do NCPC propõe para saná-la, estudando-se, em especial, o IRDR.

No exame do IRDR, objetivou-se avaliar de que maneira o instrumento processual pode colaborar com a melhora da jurisdição brasileira e quais serão suas prováveis consequências no mundo jurídico.

Pretendeu-se, por fim, elaborar uma análise prática do Incidente como um novo modelo de procedimento disponível, estudando-se as suas origens, as suas formas de aplicação, a sua admissibilidade e a análise de sua possível eficácia para solucionar os problemas que geram a crise do Poder Judiciário.

Para tanto, tendo como método estudos dogmáticos, investigou-se o posicionamento da doutrina em relação aos temas apontados, analisando se as propostas do Projeto de NCPC estão alinhadas com os posicionamentos dos melhores juristas brasileiros.

O estudo teve como resultado a percepção de que há grandes distorções no sistema processual brasileiro, pois o CPC atual não mais atende de maneira satisfatória o crescente número de demandas propostas. Nesse mesmo sentido, verifica-se também que o sistema jurídico é, hoje, ineficaz. Há uma mitigação na segurança jurídica em nome do livre convencimento do magistrado e falta estabilidade na jurisprudência dos tribunais superiores e dos tribunais estaduais.

Pode-se perceber que as expectativas em torno do IRDR são pertinentes, pois ele pode ser hábil para solucionar conflitos de massa em um estágio inicial, evitando-se a movimentação da máquina judiciária reiteradas vezes para decidir sobre a mesma questão de direito.

Ademais, o instrumento processual parece atender de maneira satisfatória, moderna, eficaz e congruente as aspirações jurídico-legislativas, tendo em vista que ele permite um aumento na celeridade da prestação jurisdicional sem abrir mão de sua qualidade.

Em linhas gerais, o projeto parece ser adequado às necessidades do Brasil e apto a cumprir suas expectativas, acelerando a prestação jurisdicional, melhorando sua qualidade ao mesmo tempo em que reforça a segurança jurídica.

Assim, sintaticamente, podem-se formalizar as seguintes conclusões específicas.

1. O Código de Processo Civil brasileiro de 1973 foi moldado para atender à prestação da tutela jurisdicional em casos de lesões a direitos subjetivos individuais e não é mais hábil a solucionar de maneira satisfatória as novas demandas sociais.
2. Efetividade, tempestividade e justiça são os predicados essenciais sem os quais não é politicamente legítimo o sistema processual do país. Todos esses elementos estão previstos na Constituição. Nessa medida, a CF/88 é um marco que confere ao processo civil todo um arcabouço para efetivar um processo que proporcione a quem tem direito uma tutela jurisdicional digna.
3. A EC/45 buscou reduzir a morosidade da justiça, pois processo justo somente se dá quando a tutela judicial dos direitos subjetivos é prestada dentro de uma duração razoável, o que não vinha acontecendo no sistema processual civil brasileiro. As reformas promovidas pela EC/45 visaram, principalmente, uma maior celeridade na resolução dos litígios.
4. O momento social, econômico e jurídico vivenciado pelo Brasil é oportuno para uma nova codificação, pois, mesmo do lado daqueles que defendem a desnecessidade de uma codificação, encontra-se presente um sentimento de

insatisfação com o atual sistema processual e uma carência por mudanças objetivando a garantia do acesso à Justiça tempestiva.

5. Há uma preocupação com o controle do judiciário no sentido de preservar a segurança jurídica, evitando-se que, após o ingresso de lides de titularidade de inúmeros cidadãos tratando sobre mesma questão de direito, o Judiciário apresente soluções distintas.
6. O IRDR mostra-se como uma solução cabível para o problema da falta de tratamento uniforme dado a litígios semelhantes, pois deverá atuar na defesa do princípio constitucional da isonomia, revelando-se instrumento promotor da tão almejada celeridade sem, contudo, se descuidar da segurança jurídica.
7. O IRDR parece ser adequado à realidade brasileira e apto para quebrar com a clássica perspectiva individualista do processo.
8. O IRDR, em primeira análise, revela-se apropriado a solucionar o problema do crescimento das demandas repetitivas no Poder Judiciário.
9. O IRDR tem caráter preventivo, pois evita a multiplicação de demandas repetidas embasadas na mesma controvérsia.
10. O IRDR mostra-se alinhado às necessidades do Poder Judiciário brasileiro, tendo em vista que permite a racionalização do trabalho da justiça de forma legítima, respeitando as garantias constitucionais e promovendo maior celeridade e previsibilidade em sua produção.
11. O IRDR inova no ordenamento processual brasileiro e aponta como um instrumento protetor da isonomia dos jurisdicionados.
12. O IRDR representa economia de custos e de esforços de toda a justiça, pois previne a proliferação de decisões, por inúmeras vezes, tratando de mesma questão de direito.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Antonio Adonias A.. A potencialidade de gerar relevante multiplicação de processos como requisito do Incidente de Resolução de Causas Repetitivas no Projeto do novo CPC. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. O Projeto do Novo Código de Processo Civil: Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha. Salvador: Juspodivm, 2011.
- BEDAQUE, José Roberto Dos Santos. Direito e Processo: Influência do Direito Material Sobre o Processo. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. Direito e Processo. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- _____. Efetividade do Processo e Técnica Processual. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 31-34;
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BRASIL. Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.
- _____. Lei de Recursos Repetitivos - Lei 11672/08 | Lei Nº 11.672, de 8 de maio de 2008
- CABRAL, Antônio do Passo. O novo procedimento-modelo (Musterverfahren) alemão: uma alternativa às ações coletivas. Disponível em: http://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Papers/144617/O_novo_Procedimento-Modelo_Musterverfahren_alemao_uma_alternativa_as_acoes_coletivas>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- CAPONI, Remo. Modelli europei di tutela collettiva nel processo civile: esperienza tedesca e italiana a confronto. Rivista trimestrale di diritto e procedura civile (Giuffrè) 4 (2007). p. 1229-1256. Apud: ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988. Tradução: Ellen Gracie Northfleet.
- _____. Juízes Legisladores?. Porto Alegre: Fabris, 1999.

- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- CRUZ, José Raimundo Gomes da. A Emenda constitucional n. 45, de 8/12/2004, interpretada. *Justitia*, São Paulo, v. 65, n. 198, p. 203-253, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31473>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O Regime Processual das Causas Repetitivas. In: DIDIER JUNIOR, Fredie. *Leituras Complementares de Processo Civil*. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2011. Cap. XII, p. 291-315.
- Dicionário Houaiss. Disponível em: <http://dicionario.debiasi.com.br/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame?palavra=preven%E7%E3o>. Acesso: 4. Out.2011
- DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2009.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A Reforma da Reforma. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- _____. Nova Era do Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 21.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FUX, Luiz. O Novo Processo Civil. In: BARBOSA, Andrea Carla et al. *O Novo Processo Civil Brasileiro: Direito em Expectativa* (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- GARCIA, André Luis Bitar de Lima. A Ausência de um Sistema de Precedentes no NCP: Uma Oportunidade Perdida. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. *O Projeto do Novo Código de Processo Civil: Estudos em homenagem ao Professor José de Albuquerque Rocha*. Salvador: Juspodivm, 2011.
- GOZZOLI, Maria Clara et al. Em defesa de um novo sistema de processos coletivos: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. *Revista da Procuradoria do Estado de São Paulo*: São Paulo, Centro de Estudos. n. 34. Dez. 1990.
- LOPES, João Batista. Reforma do Judiciário e Efetividade do Processo Civil. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. *Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004*. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005.

- LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Reflexões Sobre a Reforma do Judiciário. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005.
- MARINONI, Luiz Guilherme. O Projeto do CPC: crítica e propostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. Projeto do Novo Código de Processo Civil: confronto entre o CPC atual e o projeto do novo CPC: com comentários às modificações substanciais. São Paulo: Atlas, 2011.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. Temas de Direito Processual: (Nona Série). São Paulo: Saraiva, 2007.
- NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. (Coleção Estudos de Direito de Processo - Enrico Tullio Liebman – v. 21)7. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2002.
- ORTEGATI, Cassio. Sociedade de massa. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfrancesco. Dicionário de Política. Tradução de Carmem C. Varriale et. al.. Volume 02. 13 ed. Brasília, UnB, 2007.
- ROSA, Renato Xavier da Silveira. Incidente de resolução de demandas repetitivas: artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS n.º 166/2010. Disponível em <<http://www.renatorosa.com/incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas>>. Acesso em: 27.jul.2011.
- ROSSONI, Igor Bimkowski. O “incidente de resolução de demanda repetitivas” e a introdução do group litigation no direito brasileiro: avanço ou retrocesso?. Disponível em <http://usp-br.academia.edu/IgorRossoni/Papers/217685/O_incidente_de_resolucao_de_demanda_repetitivas_e_a_introducao_do_group_litigation_no_direito_brasileiro_avanco_ou_retrocesso>. Acesso em: 27.jul.2011.
- SILVA NETO, Manoel Jorge e. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

- SILVA, Ovídio A. Batista da. *Processo e Ideologia: o paradigma racionalista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- SILVEIRA, Eustáquio Nunes. *A crise do Judiciário e a Formação do Juiz*. <http://www.cjf.jus.br/revista/numero18/artigo21.pdf>. Acesso em: 30/09/2011. Texto originalmente publicado na R. CEJ, Brasília, n. 18, p. 114-116, jul./set. 2002.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *A criação e realização do direito na decisão judicial*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- Uniformização de Jurisprudência. *Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, 34/139, jul. 1985.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. *Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões Sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004*. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005.
- WATANABE, Kazuo. *Da Cognição no processo civil*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1987. Apud: DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Reforma da Reforma*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos*. 5. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011.

ANEXO A – IRDR NO PROJETO DO NCPC SEGUNDO
PROJETO DE ORIGEM PLS 166/2010 (ARTS.
895 A 906) ATUALIZADO ATÉ 19/08/2011.

CAPÍTULO VII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 895. É admissível o incidente de demandas repetitivas sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.

§ 1º O pedido de instauração do incidente será dirigido ao Presidente do Tribunal:

I – pelo juiz ou relator, por ofício;

II – pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

§ 2º O ofício ou a petição a que se refere o § 1º será instruído com os documentos necessários à demonstração da necessidade de instauração do incidente.

§ 3º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e poderá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

Art. 896. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. Os tribunais promoverão a formação e atualização de banco eletrônico de dados específicos sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando, imediatamente, ao Conselho Nacional de Justiça, para inclusão no cadastro.

Art. 897. Após a distribuição, o relator poderá requisitar informações ao órgão em cujo juízo tem curso o processo originário, que as prestará em quinze dias; findo esse prazo improrrogável, será solicitada data para admissão do incidente, intimando-se o Ministério Público.

Art. 898. O juízo de admissibilidade e o julgamento do incidente competirão ao plenário do tribunal ou, onde houver, ao órgão especial.

§ 1º Na admissibilidade, o tribunal considerará a presença dos requisitos do art. 895 e a conveniência de se adotar decisão paradigmática.

~~§ 2º Se o incidente for proposto pelo partido~~

~~o tribunal julgará a questão de direito, lavrando-se a decisão~~
tribunal julgará a questão de direito, lavrando-se a decisão, observada observada pelos demais juízes e órgãos fracionários situados no âmbito de sua competência, na forma deste Capítulo.

Art. 899. Admitido o incidente, o presidente do tribunal determinará, na própria sessão, a suspensão dos processos pendentes, em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Parágrafo único. Durante a suspensão poderão ser concedidas medidas de urgência no juízo de origem.

Art. 900. As partes, os interessados, o Ministério Público e a Defensoria Pública, visando à garantia da segurança jurídica, poderão requerer ao

tribunal competente para conhecer de eventual recurso extraordinário ou especial a suspensão de todos os processos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente.

Parágrafo único. Aquele que for parte em processo em curso no qual se discuta a mesma questão jurídica que deu causa ao incidente é legitimado, independentemente dos limites da competência territorial, para requerer a providência prevista no caput.

Art. 901. O Relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de quinze dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida; em seguida, no mesmo prazo, manifestar-se-á o Ministério Público.

Art. 902. Concluídas as diligências, o relator pedirá dia para o julgamento do incidente.

§ 1º Feita a exposição do incidente pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao autor e ao réu do processo originário, e ao Ministério Público, pelo prazo de trinta minutos, para sustentar suas razões.

§ 2º Em seguida, os demais interessados poderão se manifestar no prazo de trinta minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com quarenta e oito horas de antecedência.

Art. 903. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito.

Art. 904. O incidente será julgado no prazo de seis meses e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 1º Superado o prazo previsto no caput, cessa a eficácia suspensiva do incidente, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se, no que couber, à hipótese do art. 900.

Art. 905. O recurso especial ou extraordinário interposto por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou por terceiro interessado será dotado de efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, interpostos os recursos, os autos serão remetidos ao tribunal competente, independentemente da realização de juízo de admissibilidade na origem.

Art. 906. Não observada a tese adotada pela decisão proferida no incidente, caberá reclamação para o tribunal competente.

Parágrafo único. O processamento e julgamento da reclamação serão regulados pelo regimento interno do respectivo tribunal.

ANEXO B – IRDR NO PROJETO DO NCPC SEGUNDO
PROJETO DE LEI N.º 8.046/2010 (ARTS. 930 A
941) ATUALIZADO ATÉ 12/10/2011.

Art. 926. Concluída a instrução, será aberta vista, sucessivamente, ao autor e ao réu, pelo prazo de dez dias, para razões finais. Em seguida, os autos serão conclusos ao relator, procedendo-se ao julgamento pelo órgão competente.

Art. 927. Julgando procedente o pedido, o tribunal rescindir a sentença, proferir, se for o caso, novo julgamento e determinar a restituição do depósito; declarando inadmissível ou improcedente o pedido, a importância do depósito reverterá a favor do réu, sem prejuízo do disposto no art. 87.

Art. 928. O direito de propor ação rescisória se extingue em um ano contado do trânsito em julgado da decisão.

Parágrafo único. Se fundada no art. 919, incisos I e VI, primeira parte, o termo inicial do prazo será computado do trânsito em julgado da sentença penal.

Seção II

Da Ação Anulatória

Art. 929. Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.

Parágrafo único. São anuláveis também atos homologatórios praticados no curso do processo de execução.

CAPÍTULO VII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 930. É admissível o incidente de demandas repetitivas sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.

§ 1º O pedido de instauração do incidente será dirigido ao Presidente do Tribunal:

I – pelo juiz ou relator, por ofício;

II – pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

§ 2º O ofício ou a petição a que se refere o § 1º será instruído com os documentos necessários à demonstração da necessidade de instauração do incidente.

§ 3º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e poderá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

Art. 931. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. Os tribunais promoverão a formação e atualização de banco eletrônico de dados específicos sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando, imediatamente, ao Conselho Nacional de Justiça, para inclusão no cadastro.

Art. 932. Após a distribuição, o relator poderá requisitar informações ao órgão em cujo juízo tem curso o processo originário, que as prestará em quinze dias; findo esse prazo improrrogável, será solicitada data para admissão do incidente, intimando-se o Ministério Público.

Art. 933. O juízo de admissibilidade e o julgamento do incidente competirão ao plenário do tribunal ou, onde houver, ao órgão especial.

§ 1º Na admissibilidade, o tribunal considerará a presença dos requisitos do art. 930 e a conveniência de se adotar decisão paradigmática.

§ 2º Rejeitado o incidente, o curso dos processos será retomado; admitido, o tribunal julgará a questão de direito, lavrando-se o acórdão, cujo teor será observado pelos demais juízes e órgãos fracionários situados no âmbito de sua competência, na forma deste Capítulo.

Art. 934. Admitido o incidente, o presidente do tribunal determinará, na própria sessão, a suspensão dos processos pendentes, em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Parágrafo único. Durante a suspensão poderão ser concedidas medidas de urgência no juízo de origem.

Art. 935. O Relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controversia, que, no prazo comum de quinze dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida; em seguida, no mesmo prazo, manifestar-se-á o Ministério Público.

Art. 936. Concluídas as diligências, o relator pedirá dia para o julgamento do incidente.

§ 1º Feita a exposição do incidente pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao autor e ao réu do processo originário, e ao Ministério Público, pelo prazo de trinta minutos, para sustentar suas razões.

§ 2º Em seguida, os demais interessados poderão se manifestar no prazo de trinta minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com quarenta e oito horas de antecedência.

Art. 937. As partes, os interessados, o Ministério Público e a Defensoria Pública, visando à garantia da segurança jurídica, poderão requerer ao tribunal competente para conhecer de eventual recurso extraordinário ou especial a suspensão de todos os processos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente.

Parágrafo único. Aquele que for parte em processo em curso no qual se discuta a mesma questão jurídica que deu causa ao incidente é legitimado, independentemente dos limites da competência territorial, para requerer a providência prevista no *caput*.

Art. 938. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem identica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.

Parágrafo único. Se houver recurso e a matéria for apreciada, em seu mérito, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal ou pela corte especial do Superior Tribunal de Justiça, que, respectivamente, terá competência para decidir recurso extraordinário ou especial originário do incidente, a tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos que versem identica questão de direito e que tramitem em todo o território nacional.

Art. 939. O incidente será julgado no prazo de seis meses e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.

§ 1º Superado o prazo previsto no *caput*, cessa a eficácia suspensiva do incidente, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se, no que couber, à hipótese do art. 937.

Art. 940. O recurso especial ou extraordinário interposto por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou por terceiro interessado será dotado de efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, interpostos os recursos, os autos serão remetidos ao tribunal competente, independentemente da realização de juízo de admissibilidade na origem.

Art. 941. Não observada a lesão adotada pela decisão proferida no incidente, caberá reclamação para o tribunal competente.

Parágrafo único. O processamento e julgamento da reclamação observará o Capítulo VIII, deste Livro.

CAPÍTULO VIII DA

RECLAMAÇÃO

Art. 942. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I – preservar a competência do Tribunal;

II – garantir a autoridade das decisões do Tribunal;

III – garantir a observância de sumula vinculante;

IV – garantir a observância da tese firmada em incidente de resolução de demandas repetitivas;

V – garantir a observância da tese firmada em incidente de assunção de competência.

Parágrafo único. A reclamação, dirigida ao Presidente do Tribunal, instruída com prova documental, será autuada e distribuída ao relator da causa principal, sempre que possível.

Art. 943. Ao despachar a reclamação, o relator:

I – requisitar informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de dez dias;

II – ordenar, se necessária, para evitar dano irreparável, a suspensão do processo ou do ato impugnado.

Art. 944. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.

Art. 945. O Ministério Público, nas reclamações que não houver formulado, terá vista do processo, por cinco dias, após o decurso do prazo para informações.

Art. 946. Julgando procedente a reclamação, o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgamento ou determinará medida adequada à preservação de sua competência.

Art. 947. O Presidente determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.

ANEXO C – PROJETO DE LEI N.º 8.046/2010 – TRAMITAÇÃO
ATUALIZADA ATÉ O DIA 12/10/2011.

PL 8046/2010

Projeto de Lei

Situação: Aguardando Parecer na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Civil" (revoga a Lei nº 5.869, de 1973)
Origem: (PL804610)
PLS 166/2010

Identificação da Proposição

Autor
Senado Federal - José Sarney - PMDB/AP

Apresentação
22/12/2010

Ementa
Código de Processo Civil.

Explicação da Ementa
Revoga a Lei nº 5.869, de 1973.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação
Especial

Despacho atual:

Data	Despacho
05/01/2011	Trata-se de projeto de código, sendo aplicáveis as regras constantes do art. 205 e seguintes do RICD. Em consequência, dê-se ciência ao Plenário, inclua-se na Ordem do Dia, publique-se e distribua-se em avulsos. Constitua-se Comissão Especial para emitir parecer sobre o projeto e as emendas. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial

Última Ação Legislativa

Data	Ação
04/10/2011	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Civil" (revoga a Lei nº 5.869, de 1973) (PL804610) Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial o Presidente da ANAMATRA, Renato Henry Sant'Anna para discorrer sobre o tema em análise neste fórum.

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (45)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (0)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (170)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	

Tramitação

Data ▼	Andamento
22/12/2010	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) · Recebido o Ofício nº 2428/2010 do Senado Federal, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, de autoria do Senador José Sarney, que reforma o "Código de Processo Civil".
22/12/2010	PLENÁRIO (PLEN) · Apresentação do Projeto de Lei n. 8046/2010, pelo Senado Federal, que: "Reforma o Código de

	Processo Civil".
05/01/2011	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de projeto de código, sendo aplicáveis as regras constantes do art. 205 e seguintes do RICD. Em consequência, dê-se ciência ao Plenário, inclua-se na Ordem do Dia, publique-se e distribua-se em avulsos. Constitua-se Comissão Especial para emitir parecer sobre o projeto e as emendas. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial
03/02/2011	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhada à publicação. Avulso Inicial • Publicação inicial no DCD do dia 04/02/11 PÁG 2880 COL 01. VOL III/IV. • Publicação do despacho no DCD do dia 04/02/11 PÁG 3795 COL 01. VOL IV/IV.
04/05/2011	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 1560/2011, pelo Deputado Dr. Grilo (PSL-MG), que: "Requer criação de Comissão Especial para análise de Projeto de Lei 8046/2010, que revoga a Lei nº 5.869/1973- Código de Processo Civil. •
16/06/2011	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> • Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.
01/07/2011	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> • Retifica o Ato da Presidência, de 15 de junho de 2011, que cria a Comissão Especial.
05/07/2011	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> • Prejudicado o REQ 1560/11, conforme despacho do seguinte teor: "Prejudicado o Requerimento, tendo em vista que o Ato da Presidência de 15 de junho de 2011 criou a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010. Publique-se."
17/08/2011	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> • Ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos § 1º do art. 205 do Regimento Interno.
18/08/2011	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do <ul style="list-style-type: none"> • Recebimento pela PL804610.
19/08/2011	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do <ul style="list-style-type: none"> • Prazo para Emendas ao Projeto (20 sessões ordinárias a partir de 19/08/2011)
31/08/2011	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do <ul style="list-style-type: none"> • Designado Relator-Geral, Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA) • Designado Relator Parcial (Parte Geral), Dep. Efraim Filho (DEM-PB). • Designado Relator Parcial (Processo de Conhecimento e Cumprimento da Sentença), Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS). • Designado Relator Parcial (Procedimentos Especiais), Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG). • Designado Relator Parcial (Processo de Execução), o Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). • Designado Relator Parcial (Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais, e Disposições Finais e Transitórias) o Dep. Hugo Leal (PSC-RJ). •
01/09/2011	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Requerimento n. 1/2011, pelo Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que: "Solicita as providências necessárias para a apensação ao PL 8.046, de 2010, de todos os Projetos de Lei em tramitação na Casa relativos às alterações no Código de Processo Civil". • Apresentação do Requerimento n. 2/2011, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB), que: "Solicita a realização de Audiência Pública, com a presença de juristas do Estado da Paraíba para debater o PL nº 8046/10, referente ao CPC. Convidados: 1.Presidente da OAB/PB - Dr. Odilon Bezerra; 2.Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; 3. Dr. Rogério Fialho - Desembargador Federal do TRF da 5ª Região; 04.Procurador-Geral do Estado da Paraíba

- ".
- Apresentação do Requerimento n. 3/2011, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB), que: "Requer a realização de conferência em João Pessoa (PB), para debater com representantes de Instituições do Estado o projeto do novo CPC".
- 05/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Apresentação do Requerimento n. 4/2011, pelos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Gabriel Guimarães (PT-MG), que: "Solicita as providências necessárias para a criação de uma Comissão de Notáveis para compor esta Comissão Especial".
- 13/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Apresentação do Requerimento n. 5/2011, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que: "Requer a realização de conferência da Comissão Especial do 'Código de Processo Civil', no Estado do Rio Grande do Sul com a presença de juristas do Estado para debater o PL nº 8046/10, referente ao CPC".
 - Apresentação do Requerimento n. 6/2011, pelo Deputado Esperidião Amin (PP-SC), que: "Requer que seja convidado o Desembargador do TJSC Nelson Juliano Schaefer Martins para participar de audiência pública / Grupo de Trabalho / Colaboração com a Relatoria no âmbito desta Comissão.
- ".
- Apresentação do Requerimento n. 7/2011, pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que: "Solicita audiências públicas com autoridades que nomeia para promover o debate sobre o Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa: Ministro da Justiça, Presidentes do STF, STJ, Conselho Federal da OAB, Comissão de Juristas - Ministro Luiz Fux, AMB e AJUFE; Advogado-Geral da União e Produtor-Geral da República".
 - Apresentação do Requerimento n. 8/2011, pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que: "Solicita audiências públicas nas sessões desta Comissão para promover o debate sobre os temas que especifica relativos ao Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa".
 - Apresentação do Requerimento n. 9/2011, pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que: "Solicita a realização de conferências públicas a serem realizadas em alguns Estados para promover o debate sobre o Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa".
 - Apresentação do Requerimento n. 10/2011, pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que: "Solicita providências necessárias para o assessoramento e acompanhamento dos trabalhos desta Comissão Especial nas conferências públicas fora da Câmara dos Deputados".
- 14/09/2011 PLENÁRIO (PLEN)
- REQ. 3194/2011 - Prorrogação de Prazo de Comissão: Defiro. "ad referendum" do Plenário. Publique-se.
 - Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 3194/2011, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Civil" (revoga a Lei nº 5.869, de 1973), que: "Requer a prorrogação pelo dobro de todos os prazos da Comissão, nos termos do art. 211 do RICD".
- 14/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Aprovado requerimento do Sr. Miro Teixeira que solicita as providências necessárias para a apensação ao PL 8.046, de 2010, de todos os Projetos de Lei em tramitação na Casa relativos às alterações no Código de Processo Civil.
 - Aprovado requerimento do Sr. Miro Teixeira que solicita as providências necessárias para a apensação ao PL 8.046, de 2010, de todos os Projetos de Lei em tramitação na Casa relativos às alterações no Código de Processo Civil.
 - Apresentação do Requerimento n. 12/2011, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, tendo como convidada a Dra. Regina Beatriz Tavares da Silva, Presidenta da Comissão de Direito de Família do IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo.
- ".
- Apresentação do Requerimento n. 13/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer sejam incluídas no plano de trabalho da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL n.º 8.046, de 2010 a Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI".
 - Apresentação do Requerimento n. 14/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer seja incluído no plano de trabalho da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL n.º 8.046, de 2010, o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel".
 - Apresentação do Requerimento n. 15/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer seja incluída no plano de trabalho da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL n.º 8.046, de 2010, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF".
 - Apresentação do Requerimento n. 16/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer seja incluída no plano de trabalho da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL n.º 8.046, de 2010, a Associação Nacional dos Procuradores Municipais - ANPM".
 - Apresentação do Requerimento n. 17/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer sejam incluídam no plano de trabalho da Comissão Especial Destinada a Proferir

Parecer ao PL n.º 8.046, de 2010, a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Força Sindical".

- Apresentação do Requerimento n. 11/2011, pelo Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que: "Solicita as providências necessárias para a prorrogação dos prazos do Capítulo III do RICD".

15/09/2011 PLENÁRIO (PLEN)

- Apresentação do Requerimento de Apensação n. 3218/2011, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Civil" (revoga a Lei nº 5.869, de 1973), que: "Requer a apensação ao PL 8.046, de 2010, de todos os projetos de lei em tramitação na Casa relativos a alterações no Código de Processo Civil".

15/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do

- Apresentação do Requerimento n. 18/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer sejam incluídas no plano de trabalho da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL n.º 8.046, de 2010 a Advocacia Geral da União - AGU".
- Apresentação do Requerimento n. 19/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional das Indústrias - CNI, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 20/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional do Comércio - CNC, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 21/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".

16/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do

- Apresentação do Requerimento n. 22/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Associação dos Advogados da União - ANAUNI, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 24/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 25/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Associação Nacional dos Procuradores Municipais - ANPM, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 26/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Advocacia-Geral da União - AGU, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 27/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com a Central Única dos Trabalhadores - CUT e Força Sindical, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 23/2011, pelo Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), que: "Requer a realização de Audiência Pública com o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".

20/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do

- Prorrogação de prazo por 20 sessões.
- Aprovado requerimento do Sr. Efraim Filho que requer a realização de conferência em João Pessoa (PB), para debater com representantes de Instituições do Estado o projeto do novo CPC.
- Aprovado requerimento do Sr. Jerônimo Goergen que requer a realização de conferência da Comissão Especial do "Código de Processo Civil", no Estado do Rio Grande do Sul com a presença de juristas do Estado para debater o PL nº 8046/10, referente ao CPC.
- Aprovado requerimento do Sr. Sérgio Barradas Carneiro que solicita audiências públicas com autoridades que nomeia para promover o debate sobre o Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa: Ministro da Justiça, Presidentes do STF, STJ, Conselho Federal da OAB, Comissão de Juristas - Ministro Luiz Fux, AMB e AJUFE; Advogado-Geral da União e Produtor-Geral da República.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Advocacia-Geral da União - AGU, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Sérgio Barradas Carneiro que solicita audiências públicas nas sessões desta Comissão para promover o debate sobre os temas que especifica relativos ao

Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa.

- Aprovado requerimento do Sr. Sérgio Barradas Carneiro que solicita a realização de conferências públicas a serem realizadas em alguns Estados para promover o debate sobre o Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa.
- Aprovado requerimento do Sr. Arnaldo Faria de Sá que requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, tendo como convidada a Dra. Regina Beatriz Tavares da Silva, Presidenta da Comissão de Direito de Família do IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional das Indústrias - CNI, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional do Comércio - CNC, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Associação dos Advogados da União - ANAUNI, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Associação Nacional dos Procuradores Municipais - ANPM, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Aprovado requerimento do Sr. Nelson Marchezan Junior que requer a realização de Audiência Pública com a Central Única dos Trabalhadores - CUT e Força Sindical, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
- Apresentação do Requerimento n. 28/2011, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI), que: "Requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial o Presidente da ANAMATRA, Renato Henry Sant'Anna para discorrer sobre o tema em análise neste fórum".
- Apresentação do Requerimento n. 29/2011, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI), que: "Requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Ministro Teori Zavascki, do Superior Tribunal de Justiça, para discorrer sobre o tema em análise neste fórum".
- Apresentação do Requerimento n. 30/2011, pelo Deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que: "Convida o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, para prestar contribuições para o aprimoramento do Novo Código de Processo Civil".

27/09/2011

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do

- Apresentação do Requerimento n. 31/2011, pelo Deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), que: "Requer a realização de Audiência Pública com o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, para debater o Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".
- Apresentação do Requerimento n. 32/2011, pelo Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que: "Indica nomes de juristas para o assessoramento do Relator-parcial desta Comissão, Deputado Bonifácio de Andrada".
- Apresentação do Requerimento n. 32/2011, pelos Deputados Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) e Bruno Araújo (PSDB-PE), que: "Indica os juristas Marcos Destefenni, Promotor de Justiça de São Paulo, e Leonardo Carneiro da Cunha, Procurador do Estado de Pernambuco e professor da UFP, para participarem de audiência pública acerca do Projeto de Lei nº 8046/2010".
- Apresentação do Requerimento n. 33/2011, pelo Deputado Fabio Trad (PMDB-MS), que: "Requer que sejam convidados os Senhores. Sérgio Cruz Arenhart, Benedito Cerezzo, Nilton Agnelo, José Carlos Busatto, Daniel Mitidiero e Luiz Guilherme Marinoni para participarem de audiências públicas / no âmbito desta Comissão".
- Apresentação do Requerimento n. 34/2011, pelo Deputado Fabio Trad (PMDB-MS), que: "Requer que seja convidado o Requer que seja convidado o Dr. Luiz Henrique Volpe Camargo para participar de audiência pública / Grupo de Trabalho / Colaboração com a Relatoria no âmbito desta Comissão".
- Apresentação do Requerimento n. 36/2011, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que: "Requer a indicação dos Juristas Daniel Francisco Mitidiero e Luiz Guilherme Marinoni para participarem como palestrantes nas reuniões de audiência pública da Comissão Especial do projeto do novo Código de Processo Civil - CPC".
- Apresentação do Requerimento n. 33/2011, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Solicita a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Ordem dos Advogados de São Paulo para debater o PL nº 8046/10".
- Apresentação do Requerimento n. 34/2011, pelo Deputado Fabio Trad (PMDB-MS), que: "Requer que sejam convidados os Senhores. Sérgio Cruz Arenhart, Benedito Cerezzo, Nilton Agnelo, José Carlos Busatto, Daniel Mitidiero e Luiz Guilherme Marinoni para participarem de audiências públicas / no âmbito desta Comissão".
- Apresentação do Requerimento n. 35/2011, pelo Deputado Fabio Trad (PMDB-MS), que: "Requer que seja convidado o Dr. Luiz Henrique Volpe Camargo para participar de audiência pública /

- 28/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Apresentação do Requerimento n. 37/2011, pelo Deputado Dr. Grilo (PSL-MG), que: "Solicita a inclusão dos seguintes convidados nas audiências públicas para promover o debate sobre o Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa: 1- Renato Henry Sant'Anna- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho-ANAMATRA; 2- Luís Antonio Camargo de Melo- Procurador Geral do Trabalho; 3- Isabel das Graças Dorado- Presidente da Associação Mineira dos Advogados do Trabalho; Daniela Muradas Reis- Chefe do Departamento de Direito do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais
- ".
- Apresentação do Requerimento n. 38/2011, pelo Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que: "Requer seja indicado o Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB para uma audiência pública na Comissão Especial Sobre o Código de Processo Civil".
 - Apresentação do Requerimento n. 39/2011, pelos Deputados Gabriel Guimarães (PT-MG) e Padre João (PT-MG), que: "Requer a realização de conferência em Belo Horizonte-MG, para debater com representantes de Instituições do Estado o projeto do novo Código de Processo Civil".
- 30/09/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Apresentação do Requerimento n. 40/2011, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB), que: "Requer a indicação do Jurista RINALDO MOUZALAS, como palestrante do Projeto de Novo Código de Processo Civil".
- 03/10/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Apresentação do Requerimento n. 41/2011, pelo Deputado Francisco Praciano (PT-AM), que: "Requer a realização de conferência na cidade de Manaus/AM, para debater aspectos relativos ao Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, que trata do 'Código de Processo Civil'".
- 04/10/2011 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do
- Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial o Presidente da ANAMATRA, Renato Henry Sant'Anna para discorrer sobre o tema em análise neste fórum.
 - Aprovado requerimento do Sr. Paes Landim que requer que seja convidado a comparecer a esta Comissão Especial, o Ministro Teori Zavascki, do Superior Tribunal de Justiça, para discorrer sobre o tema em análise neste fórum.
 - Aprovado requerimento do Sr. Marçal Filho que convida o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, para prestar contribuições para o aprimoramento do Novo Código de Processo Civil.
 - Aprovado requerimento do Sr. Arthur Oliveira Maia que requer a realização de Audiência Pública com o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, para debater o Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil.
 - Aprovado requerimento dos Srs. Bonifácio de Andrada e Bruno Araújo que indica os juristas Marcos Destefenni, Promotor de Justiça de São Paulo, e Leonardo Carneiro da Cunha, Procurador do Estado de Pernambuco e professor da UFP, para participarem de audiência pública acerca do Projeto de Lei nº 8046/2010.
 - Aprovado requerimento do Sr. Arnaldo Faria de Sá que Solicita a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Ordem dos Advogados de São Paulo para debater o PL nº 8046/10.
 - Aprovado requerimento do Sr. Jerônimo Goergen que requer a indicação dos Juristas Daniel Francisco Mitidiero e Luiz Guilherme Marinoni para participarem como palestrantes nas reuniões de audiência pública da Comissão Especial do projeto do novo Código de Processo Civil - CPC.
 - Aprovado requerimento do Sr. Dr. Grilo que solicita a inclusão dos seguintes convidados nas audiências públicas para promover o debate sobre o Código de Processo Civil em tramitação nesta Casa: 1- Renato Henry Sant'Anna- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho-ANAMATRA; 2- Luís Antonio Camargo de Melo- Procurador Geral do Trabalho; 3- Isabel das Graças Dorado- Presidente da Associação Mineira dos Advogados do Trabalho; Daniela Muradas Reis- Chefe do Departamento de Direito do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais
 - Aprovado requerimento do Sr. Fabio Trad que requer que sejam convidados os Senhores. Sérgio Cruz Arenhart, Benedito Cerezzo, Nelson Agnelo, José Carlos Busatto, Daniel Mitidiero e Luiz Guilherme Marinoni para participarem de audiências públicas / no âmbito desta Comissão.
 - Aprovado requerimento do Sr. Fabio Trad que requer que seja convidado o Dr. Luiz Henrique Volpe Camargo para participar de audiência pública / Grupo de Trabalho / Colaboração com a Relatoria no âmbito desta Comissão.
 - Aprovado requerimento do Sr. Miro Teixeira que requer seja indicado o Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB para uma audiência pública na Comissão Especial Sobre o Código de Processo Civil.
 -

conferencia em Belo Horizonte-MG, para debater com representantes de Instituições do Estado o projeto do novo Código de Processo Civil.

- Aprovado requerimento do Sr. Efraim Filho que requer a indicação do Jurista RINALDO MOUZALAS, como palestrante do Projeto de Novo Código de Processo Civil
- Aprovado requerimento do Sr. Francisco Praciano que requer a realização de conferência na cidade de Manaus/AM, para debater aspectos relativos ao Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, que trata do "Código de Processo Civil".

05/10/2011

Com issao Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do

- Apresentacao do Requerimento n. 48/2011, pelo Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que: "Requer a realizac;ao de AudiEmcia PUblica com o Prof. Dr. Renaldo Bretas de Carvalho Dias, para debater o Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil".

ANEXO D – PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO PARA O PROJETO DE
LEI N.º 8.046/2010 – SUBSTITUTIVO DO SENADO
FEDERAL QUADRO COMPARATIVO PERTINENTE AO
IRDR.

<p>Art. 929. Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.</p> <p>Parágrafo único. São anuláveis também atos homologatórios praticados no curso do processo de execução.</p>	<p>Art. 929. Revogar.</p> <p>Parágrafo único. Revogar.</p>
--	--

PL 8.046/2010	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
<p>Art. 938. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.</p> <p>Parágrafo único. Se houver recurso e a matéria for apreciada, em seu mérito, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal ou pela corte especial do Superior Tribunal de Justiça, que, respectivamente, terão competência para decidir recurso extraordinário ou especial originário do incidente, a tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem em todo o território nacional.</p>	<p>Art. 938. O julgamento do incidente será vinculante e a tese jurídica nele definida será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.</p> <p>Parágrafo único.....</p>

PL 8.046/2010	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
Sem similar.	<p>Art. 938-A. A tese jurídica será aplicada também aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar na área de jurisdição do respectivo tribunal até que o Tribunal revise-a.</p> <p>Parágrafo único. O Tribunal, de ofício, e os legitimados para exercer o controle concentrado de constitucionalidade poderão pleitear ao Tribunal a revisão da tese jurídica, observando-se, no que couber, o disposto no art. 882, § 2º.</p>

PL 8.046/2010	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
Sem similar.	<p>CAPÍTULO VII-A</p> <p>DO INCIDENTE DE</p> <p>CONCENTRAÇÃO DE DEMANDAS</p>

	Art. 941-A. Sem prejuízo do disposto no Capítulo anterior, deparando-se com diversas ações individuais com o mesmo pedido ou causa de pedir, ou o mesmo fundamento jurídico, o juiz notificará o Ministério Público e a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados à ação coletiva para, querendo, ajuizá-la.
--	--

PL 8.046/2010	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
<p>Art. 942. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:</p> <p>I ± preservar a competência do Tribunal;</p> <p>II ± garantir a autoridade das decisões do Tribunal;</p> <p>III ± garantir a observância de súmula vinculante;</p> <p>IV ± garantir a observância da tese firmada em incidente de resolução de demandas repetitivas;</p> <p>V ± garantir a observância da tese firmada em incidente de assunção de competência.</p> <p>Parágrafo único. A reclamação, dirigida ao Presidente do Tribunal, instruída com prova documental, será autuada e distribuída ao relator da causa principal, sempre que possível.</p>	<p>Art. 942.....</p> <p>§ 1º. A reclamação, dirigida ao Presidente do Tribunal do qual emanou a decisão que a fundamenta, instruída com prova documental, será autuada e distribuída ao relator da causa principal, sempre que possível.</p> <p>§ 2º. A hipótese do inciso IV compreende tanto a aplicação indevida da tese firmada em incidente de resolução de demandas repetitivas como a não-aplicação da tese aos casos devidos.</p>

PL 8.046/2010	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
<p>Art. 949. Os recursos, salvo disposição legal em sentido diverso, não impedem a eficácia da decisão.</p> <p>§ 1º A eficácia da decisão poderá ser suspensa pelo relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso, ou, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou difícil reparação, observado o art. 968.</p> <p>§ 2º O pedido de efeito suspensivo do recurso será dirigido ao tribunal, em petição autônoma, que terá prioridade na distribuição e tornará prevento o relator.</p> <p>§ 3º Quando se tratar de pedido de efeito suspensivo a recurso de apelação, o protocolo da petição a que se refere o § 2º impede a eficácia da sentença até que seja</p>	<p>Art. 949.</p> <p>§ 1º.....</p> <p>§ 2º.....</p> <p>§ 3º.....</p> <p>§ 4. Revogar</p>